



Fundação Casa de Rui Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Rebecca dos Santos Dias

A literatura independente em bibliotecas públicas do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019



Rebecca dos Santos Dias

A literatura independente em bibliotecas públicas do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos. Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimonial Documental Material e Imaterial.

Orientador: Prof. Dr. Charles Matheus Pontes Gomes

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

D541 Dias, Rebecca dos Santos.
A literatura independente em bibliotecas públicas do Rio de Janeiro /
Rebecca dos Santos Dias – Rio de Janeiro, 2019.
123 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Charles Matheus Pontes Gomes.
Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-
graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

1. Biblioteca pública – Desenvolvimento da coleção – Rio de Janeiro
(RJ). 2. Literatura independente. 3. Memória local. I. Gomes, Charles
Matheus Pontes. II. Título.

CDD: 025.21874

Responsável pela catalogação:

Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação.

Assinatura

Data



Rebecca dos Santos Dias

A literatura independente em bibliotecas públicas do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos. Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimonial Documental Material e Imaterial.

Aprovado em de de 2019.
Banca examinadora:

Prof. Dr. Charles Matheus Pontes Gomes (Orientador)
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr. Fabio Jose Kerche Nunes
Fundação Casa de Rui Barbosa

Profª. Dra. Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2019

AGRADECIMENTOS

Todos os caminhos possuem seus percalços, e nesses mesmos caminhos somos capazes de encontrar o que nos motiva a ir frente. Sou grata a vida pela realização dessa dissertação de grande importância para mim em nível profissional e acadêmico. Agradeço à Fundação Casa de Rui Barbosa pela oportunidade e por ter me escolhido para fazer parte desse programa.

Reconheço a sorte em poder receber o apoio dos meus pais Miriã e Renato, da minha família, da minha irmã Renata, do meu cunhado, que sempre estiveram ao meu lado nessa jornada, ainda que por vezes distantes fisicamente, através de palavras de incentivo e conselhos.

Aos meus mais generosos amigos que compreenderam esse momento de privações e preocupações. À Isabelle que dividiu seu tempo comigo e me ajudou em detalhes quando a preocupação com o tempo e qualidade da escrita apertou. A Júlia que dividiu seus momentos de mestranda comigo, me ensinando que, no fundo, estamos na mesma embarcação e alcançamos novas conquistas com dedicação, fé e persistência. A todos os meus amigos que depositaram sua confiança em mim, e me fizeram lembrar de minha capacidade.

Agradeço em especial ao professor Robson Costa, que mesmo não tendo mais vínculo de ensino institucional comigo, esteve sempre disponível para me apresentar a área de pesquisa em Memória, me incentivando a engrenar nesse caminho, e oferecendo valiosas recomendações. Expresso meu agradecimento também ao professor Antonio Barbosa que generosamente leu e me incentivou quanto ao meu projeto de pesquisa antes mesmo da aprovação como aluna do mestrado.

É com muita alegria que agradeço aos meus colegas e amigos de classe, da turma do mestrado 2017, que compartilharam dores, risadas, inspirações, ajudas mútuas, trocas e lembranças especiais de confraternizações desse período que passa tão rápido

em nossas vidas. Encontrar pessoas amigas em nossa jornada nos dá o ânimo muitas vezes necessário para realizar nossos objetivos.

Expresso meus agradecimentos ao professor Charles Gomes por optar ser meu orientador nessa pesquisa e pela confiança depositada em mim durante o processo. Agradeço ao professor Fábio Kerche por aceitar compor a banca e dedicar seu tempo a compreender a pesquisa, assim como suas pertinentes observações. E agradeço muitíssimo a professora Junia Gomes por dedicar sua atenção, aceitar compor a banca e colaborar de forma tão sensível e perspicaz com essa pesquisa.

Deixo meus sinceros agradecimentos também aos funcionários da FCRB que nos orientaram quanto aos prazos e procedimentos durante todo curso, e por facilitarem a comunicação com a FCRB como aluna, em especial a Camila sempre muito prestativa.

Agradeço as bibliotecas que colaboraram com os dados necessários para essa dissertação, e aos autores Haroldo e Rafael pela generosidade em concederem as entrevistas.

Por fim, agradeço por todas as oportunidades que tive em notar como a cultura se mostra em cada canto que visitamos, e como nossa consciência pode se transformar em cada oportunidade de notar o que nos esteve velado. A todos que passaram por meu caminho deixando um fio de inspiração para essa pesquisa, apenas minha gratidão.



"A literatura parte de um real que pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvenda um mundo mais real do que aquele que pretendia dizer"

Leyla Perrone Moisés

RESUMO

DIAS, Rebecca dos Santos. **A literatura independente em bibliotecas públicas do Rio de Janeiro**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

Com o avanço do acesso aos meios de produção, antes centralizados apenas em grandes conglomerados, os indivíduos encontram formas de se comunicarem que independem da permissão ou da edição de especialistas e terceiros. Esta pesquisa traz a literatura independente como uma possibilidade de expressão espontânea por parte de diferentes camadas da sociedade, como uma manifestação cultural repleta de importantes referenciais para a memória local. Diante de um contexto de produção independente, é objetivo dessa dissertação analisar como as bibliotecas públicas enxergam esse tipo de literatura e se incorporam exemplares em seu acervo. Para essa finalidade, foram realizadas entrevistas e aplicado questionário às bibliotecas comunitárias, parque e municipais localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Realizou-se levantamento bibliográfico sobre a caracterização de literatura independente e a respeito da missão da biblioteca pública no século XXI. Conclui-se, entre outras perspectivas, que pouco se reflete sobre o espaço da literatura independente na biblioteca e sobre suas especificidades.

Palavras-chave: Acervos Públicos. Literatura Independente. Bibliotecas Públicas. Memória regional.

ABSTRATIC

DIAS, Rebecca dos Santos. **The independent literature in public libraries in Rio de Janeiro.** 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

The advancement of access to the means of production, once centered only on large conglomerates, individuals find ways of communicating that are independent of the permission or editing of experts and others. This research brings the independent literature as a possibility of spontaneous expression by different layers of society, as a cultural manifestation replete with important references to the local memory. Faced with an independent production context, it is the objective of this dissertation to analyze how public libraries see this type of literature and incorporate copies in its collection. For this purpose, interviews were conducted and a questionnaire was applied to community, park and municipal libraries located in the State of Rio de Janeiro. A bibliographical survey was carried out on the characterization of independent literature and on the mission of the public library in the 21st century. It is concluded, among other perspectives, that little is reflected on the space of independent literature in the library and on its specificities.

Keywords: Public collections. Independent Literature. Public libraries. Regional memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Tela inicial do site Fantasia Brasil.....	36
Figura 2 Matéria sobre a Feira realizada na Biblioteca Parque.....	37
Figura 3 Ficha catalográfica que indica todos os direitos ao autor.....	73
Figura 4 Livro autografado e doado à Biblioteca.....	74
Figura 5 Fachada da Biblioteca.....	75
Figura 6 Parte do acervo da Biblioteca.....	76
Figura 7 Contação de histórias na Biblioteca	77
Figura 8 Títulos da coleção sobre Manguinhos.....	79
Figura 9 Livro publicado pela editora independente Texto Território.....	80
Figura 10 Poema publicado na revista Setor X.....	81
Figura 11 Fotos registram Manguinhos na revista Setor X.....	82
Figura 12 Livros publicados pelo autor.....	102
Figura 13 Matéria em jornal sobre o autor.....	105

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1	Tipo de Instituição.....	83
Gráfico 2	Autorização para utilização dos dados.....	84
Gráfico 3	Empréstimo domiciliar.....	85
Gráfico 4	Faixa etária dos usuários.....	86
Gráfico 5	Como o espaço é utilizado.....	87
Gráfico 6	Perfil dos usuários.....	88
Gráfico 7	Documento formalizado sobre seleção.....	89
Gráfico 8	Pesquisa sobre estudo de usuários.....	90
Gráfico 9	Participação da comunidade na biblioteca.....	91
Gráfico 10	Formas de fomento do acervo.....	92
Gráfico 11	Preocupação em inserir obras de autores da região.....	93
Gráfico 12	Literatura independente como alvo de resguarda.....	94
Gráfico 13	Literatura independente em números no acervo.....	95
Gráfico 14	Tipo de publicação.....	96
Gráfico 15	Forma de recebimento da literatura independente.....	97
Gráfico 16	Acesso à literatura independente.....	98
Quadro 1	Dados sobre responsabilidade e coleção.....	99



LISTA DE SIGLAS

AABB Associação de Amigos da Biblioteca de Botafogo

Ancine Agência Nacional de Cinema

CNRC Centro Nacional de Referência Cultural

Funarte Fundação Nacional das Artes

FBN Fundação Biblioteca Nacional

FCRB Fundação Casa de Rui Barbosa

FP Fundação Palmares

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INL Instituto Nacional do Livro

IFLA International Federation of Library Associations and Institutions

LAI Lei de Acesso à Informação Pública

MinC Ministério da Cultura

OMC Organização Mundial do Comércio

ONU Organização das Nações Unidas

PROLER Programa Nacional de Incentivo à Leitura

SNBP Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de Pesquisa	18
1.2 Justificativa	19
1.3 Objetivos	20
1.3.1 <u>Objetivo geral</u>	20
1.3.2 <u>Objetivos específicos</u>	21
1.4 Metodologia	21
2 PRODUÇÃO INDEPENDENTE	22
2.1 Literatura independente	24
2.2 A literatura como alegoria cultural	31
2.3 O poder decisório da edição	33
3. BIBLIOTECA E MEMÓRIA	38
3.1 A biblioteca como espaço de memória	41
3.2 Desenvolvimento de coleções	49
3.3 Acervos de bibliotecas públicas	54
3.4 Missão da biblioteca pública brasileira	56
3.4.1 <u>Biblioteca comunitária</u>	63

3.5 Políticas públicas para cultura e bibliotecas no Brasil	64
4. A LITERATURA INDEPENDENTE EM ACERVOS	72
4.1 Bibliotecas Pesquisadas	72
4.1.1 <u>Biblioteca Machado de Assis – Botafogo</u>	72
4.1.2 <u>Biblioteca Municipal José de Alencar</u>	74
4.1.3 <u>Biblioteca Comunitária José Vieira Filho</u>	75
4.1.4 <u>Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus</u>	76
4.1.5 <u>Biblioteca Parque Manguinhos Marielle Franco</u>	77
4.2 Resultados do Questionário	83
4.3 Entrevista com o autor Haroldo Cesar	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXO A	117
ANEXO B	122
ANEXO C	123

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas, como instituições oficiais de acesso e difusão da informação, são espaços para dialogar e agir em função de sua comunidade. A ausência de biblioteca em uma região pode ser um indício de exclusão quanto aos meios para adquirir conhecimento, e de escassez de preservação da cultura.

Os acervos de bibliotecas constituem-se pela prática da seleção que resulta em qual tipo de informação estará disponível, quais documentos serão preservados e irão se configurar como parte do patrimônio produzido pela comunidade. Ao considerar a literatura independente como uma expressão voluntária e organizada de um impulso artístico, criativo, busca-se entender o quanto as bibliotecas públicas estão abertas para receber e incluir em seus acervos esse tipo de literatura.

Chauí (2008) aponta que a concepção de cultura homogênea e soberana será transformada a partir da segunda metade do século XX pelos antropólogos europeus, que buscarão desfazer a ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura.

Esta mudança de fluxo acaba por originar a antropologia social e a antropologia política, que sustenta a crença de que “cada cultura exprime, de maneira historicamente determinada e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUI, 2008, p. 57).

Isto indica que toda comunidade produz sua cultura durante o tempo, não podendo ser aculturada, uma vez que todos os sujeitos sociais estabelecem símbolos e signos no tempo e espaço que lhes compete.

Produzir cultura é uma atividade que os indivíduos realizam consciente e inconscientemente ao cultivar práticas, atribuir valores e simbolismos ao universo que os rodeia. A cultura é parte importante do desenvolvimento de uma nação, como promotora de criatividade, conhecimento, além de constituir a identidade e preservar o patrimônio de um país.

Diz-se que a cultura inaugura o mundo humano, social, pela ruptura da adesão imediata à natureza, própria aos animais, pois como aponta Ulmann (1991, p. 84) cultura é a superação daquilo que é dado pela natureza, aquilo que o homem transforma.

Para Santos (1994 apud PATRIOTA, 2002) “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação”, o que pode se referir ao seu patrimônio tangível e seu patrimônio intangível – expressões culturais populares, como a Língua. Ainda para o autor, uma das principais características da cultura é a dinamicidade, ou seja, a capacidade de salvaguardar sua vitalidade através de seu constante desenvolvimento.

Dentro do espaço social, a cultura muitas vezes apresenta formas centradas e hierárquicas, de modo que Bauman (2012) nomeia três termos para conceituar cultura: o hierárquico, o diferencial e o genérico. Ao notar a cultura como hierárquica, refere-se à falácia de que há pessoas mais cultas e menos cultas devido ao conhecimento que elas acumulam de culturas dominantes.

O segundo termo considerado por Bauman, o diferencial, explicita o fato de que as culturas contêm diferenças expressivas entre si, e que o reconhecimento dessas diferenças é essencial para construção da identidade de um indivíduo. Enquanto o conceito genérico não se refere a uma hierarquização de culturas ou à premissa de que as culturas sobrevivem isoladamente, mas sim à concepção do fazer cultural acima das diferenças como uma característica única do ser humano e como parte da reflexão sobre a sua existência.

As classificações de Bauman se assemelham a discussão que Chauí traz sobre a prevalência da ideia de uma cultura superior, que surge ainda no Iluminismo com a referência do modelo cultural capitalista da Europa Ocidental. Em que, segundo tal concepção, uma pessoa poderia ser considerada sem cultura se vivesse excluída desse padrão cultural.

Esta mudança de perspectiva favorece o reconhecimento da cultura popular e das iniciativas independentes. Alinhadas às políticas de governo, passam a valorizar a

criação de projetos culturais locais, gerando atividades capazes de estimular a vida social e econômica e têm efeito multiplicador. O fomento à cultura popular torna-se mais uma forma de integração social.

A integração da cultura se dá pelo estabelecimento de políticas públicas culturais, em que o Estado e demais instâncias sociais irão atuar para garantir o direito ao acesso às obras produzidas, o direito de fruí-las e, também, de criá-las. Como exemplo deste fluxo, analisa-se a literatura independente como expressão de uma cultura espontânea, e como têm se manifestado no espaço das instituições públicas de guarda e acesso à informação.

Nesse contexto, notam-se algumas mudanças na dinâmica do fluxo informacional, em que é possível presenciar não apenas uma pluralização dos meios de comunicação, como, também, uma maior autonomia do conteúdo comunicativo. O espectador nunca encontrou tanta facilidade em se tornar ator. Ainda que por recursos tradicionais escassos, os atuais sujeitos sociais têm visto a oportunidade de dar voz aos assuntos ou percepções que não costumam ser tratados pela mídia tradicional.

A produção literária independente tem como fruto um produto que também se configura como um tipo de documento. Quando um *videomaker* realiza um documentário sobre um movimento social, o seu resultado será um documento. O mesmo ocorre quando um escritor documenta por escrito a história de uma região.

Visto isso, para esta pesquisa a literatura independente é considerada como parte de um processo de democratização de falas, expressões, culturas, valores, trazendo representações importantes para a comunidade envolvida, capaz de refletir e (re) construir a identidade e a memória coletiva, sendo uma iniciativa que muitas vezes rompe barreiras de mercado.

Essa pesquisa se torna relevante para compreender o papel da biblioteca pública no local em que está inserida, a visão de seus gestores e colaboradores sobre a construção de um acervo voltado ao interesse da comunidade, aberto a receber informação produzida pela mesma. Diante da produção literária de autores independentes, que sobrevivem no anonimato e encontram dificuldades de divulgação, a pesquisa pretende descrever um breve cenário de participação dessas obras nos acervos.

Serão considerados como literatura independente nesta pesquisa obras literárias em que todas as fases de produção se concentraram no autor; obras que foram publicadas por editoras que se autodeclaram independentes; e obras produzidas por coletivos de movimentos socioculturais.

Por se tratar de uma descrição dessa presença nos acervos de bibliotecas públicas, e pela literatura independente ser tratada aqui como um meio para a memória regional, interessa a essa pesquisa entender a relação do autor independente com a biblioteca que lhe é acessível por proximidade e a relação da biblioteca com a preservação da memória regional.

Para a compreensão do tema e reposta dos objetivos, a pesquisa foi estruturada com levantamento bibliográfico sobre literatura independente que ajude na definição do termo, seguido por levantamento bibliográfico a respeito da missão das bibliotecas públicas e a relação das bibliotecas com a memória.

1.1 Problema de Pesquisa

As questões que motivam a finalidade desta pesquisa são premissas como: produzir de forma independente pode se configurar em uma ação com fim público e político. Outra questão se refere ao propósito e motivação da literatura independente, se ela é capaz de oferecer em seu conteúdo artístico e cultural uma representação menos editada e, assim, promover um conhecimento diverso.

Diante dessa consideração, outros questionamentos são levantados, como o alcance desse tipo de literatura no conglomerado informacional e validação dada pelas instituições culturais, como as bibliotecas.

A construção da ideia de uma cultura oficial, predominante, é reforçada através do tempo pelo Estado, pelas instituições oficiais e pela mídia. Esta ideia configura em um processo de homogeneização cultural das artes, fortalecida por grandes produtores e grandes mercados, e irá se constituir em uma cultura de massa. Dessa forma, a criação

cultural acaba por se converter em produção de mercado, e torna-se, muitas vezes, em uma atividade meramente empresarial.

Portanto, o problema central desta pesquisa é buscar analisar se há espaço em bibliotecas públicas, com recorte no Estado do Rio de Janeiro, para a literatura produzida de forma independente, e qual a importância em democratizar esses tipos de documentos nessas instituições.

Trata-se, portanto, de uma análise de distribuição de conteúdo e seleção dos acervos, relacionando-os aos conceitos de patrimônio cultural, memória e identidade.

1.2 Justificativa

O organismo das bibliotecas funciona para a preservação de uma memória que se reafirma e se reconstrói pelo acesso à informação, à arte, ao fazer científico. José do Nascimento Junior (2008 apud ABREU, 2007, p. 268) trata da importância de um museu dialógico para a memória, através das construções da alteridade, da compreensão do outro, observação que pode ser estendida a biblioteca. Trata-se de um dilema de como transformar os museus em espaços de mediação cultural, da fusão de horizontes.

O termo que se faz central para discussão é a alteridade, que se refere à independência do outro. Costa (2016, p. 2) aponta que na alteridade “É-se independente em relação ao outro, à outra coisa: à colônia, ao império; os filhos, em relação aos pais; um organismo, em relação a outro”. A preocupação com a alteridade tanto em museus como em bibliotecas está em promover uma cultura cada vez mais múltipla e reflexiva. E assim como aponta Canclini, “o popular deixou de se caracterizar por sua essência e passou a se caracterizar por sua posição e se assume em relação às classes hegemônicas” (CANCLINI, 1997, p. 224).

A alteridade está presente nas obras produzidas de forma autônoma por diferentes camadas da sociedade, que Garza (2012 apud COSTA, 2016, p. 12) diz culminar “numa atmosfera que favorece a diversidade e a quebra do monopólio da fala no segmento”. O acesso à obra independente pode ser mais escasso do que as produzidas sob a custódia de empresas e organizações do ramo.

No caso do cinema nacional, por exemplo, que compete com as grandes indústrias internacionais cinematográficas, segundo dados da Ancine (COSTA, 2016), o cinema nacional representa apenas 20% das salas do país. O mesmo acontece com editoras independentes que concorrem com os grandes conglomerados editoriais, como aponta o *Institut Goethe*. O problema do acesso pode estar na falta de *marketing*, na dificuldade de reprodução das obras pelos poucos recursos, ou pela crença de baixo valor e qualidade da produção, entre outras suposições.

Ao partir da premissa de que a literatura independente pode ser rica de valor simbólico e cultural para uma comunidade, procura-se mapear o alcance dessas produções ao seu público- alvo – que muitas vezes é o mesmo público que as produziu. Isso quer dizer, analisar se as pessoas de uma determinada região documentada, por exemplo, que colaboraram com o conteúdo, possuem acesso ao que foi produzido sobre sua própria cultura e região ao buscar essas produções nos acervos públicos disponíveis.

Diversas críticas sobre a padronização da produção cultural, e sobre a valorização de produtos que se distanciam da representação e da linguagem de uma sociedade culturalmente pluralizada. Pretende-se descrever a presença da literatura independente nos acervos, analisar criticamente os processos de desenvolvimento de coleções, e investigar o acesso, encaixando-se, portanto, na linha de pesquisa 2 do programa de Mestrado Profissional em Memória e Acervo: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimonial Documental Material e Imaterial.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Averiguar, em exemplos de bibliotecas públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, a relevância dada por parte dessas bibliotecas em receber e disponibilizar literatura produzida de forma independente em seus acervos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar breve contexto sobre produção de literatura independente;
- Relacionar o tema com a missão das bibliotecas públicas no século XXI;
- Discutir a importância do acesso à literatura independente;
- Apontar a preservação da literatura independente como parte da memória local.

1.4 Metodologia

Esta pesquisa possui caráter descritivo, pois busca observar, registrar e analisar dados coletados em unidades específicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que foi necessário reunir quantidade relevante de bibliografia na área de cultura, memória, ciência da informação, biblioteconomia e demais áreas relacionadas, em Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola, como dissertações, teses, monografias e artigos científicos.

Foram realizadas visitas em três bibliotecas, em que somente duas foram consideradas na pesquisa. Junto a pesquisa de campo e observação, foi enviado questionário a vinte bibliotecas públicas através de comunicação virtual por redes sociais dessas bibliotecas e *e-mail*. Tendo sido preenchido por cinco bibliotecas (duas bibliotecas comunitárias, duas bibliotecas municipais e uma biblioteca parque).

Inclui-se também a realização de duas entrevistas com autores independentes. Uma através de perguntas por *e-mail* e outra com gravação e transcrição de áudio. Dessa maneira, o problema será abordado de forma quantitativa, com percentuais, gráficos comparativos, que exigirão uma análise qualitativa para que se chegue a uma interpretação contextualizada dos dados coletados.

2 PRODUÇÃO INDEPENDENTE

O termo independente é comumente encontrado no cenário da produção cultural e artística brasileira. Utilizado como oposição ao que se produz de forma massificada, oficial e institucionalizada, a produção independente ocorre no cinema, na música, na literatura, no teatro.

Simões (2012) aponta a existência de outras formas que podem caracterizar o independente, como: autoedição, edição alternativa, marginal, underground, *do-it-yourself*. Nota-se que todos esses termos trazem o significado de autonomia em nível de conteúdos e de produção.

Oliveira (2017) ressalta que o adjetivo independente tem sido adicionado a outros ramos quando a ideia é demonstrar um espírito reivindicador, alternativo, como em imprensa independente e produção alimentícia alternativa. Muniz (2016) diz que ora se vê o independente nominado assim por um *rapper* que associa independência a destemor e responsabilidade, enquanto um crítico de vinho atribui o termo a bebida de luxo e exclusiva. Apesar de considerar como uma percepção reducionista para o ramo cultural, a autora afirma que esse movimento de criar o alternativo pode ser entendido como um fenômeno de manifestação de uma “tendência mais ampla de individualização e customização, que perpassa vários âmbitos da vida social contemporânea, e que alguns autores definem como característica da pós-modernidade, hipermodernidade ou modernidade reflexiva” (OLIVEIRA, 2017, p. 1).

A produção independente ou autopublicação é toda e qualquer publicação produzida para consumo público que não tenha passado pelo crivo de uma editora (PECOSKIE; HILL, 2015). A primeira premissa é ser possível encontrar produções de qualidade no ramo da autopublicação, uma vez que as editoras e produtoras não comportam o número de solicitantes e acabam de alguma forma criando critérios diretos e indiretos de exclusão.

Alguns autores falam da produção independente como possível após a revolução tecnológica e conseqüente popularização dos meios de produção e divulgação, mas Oliveira (2017) lembra que produções artísticas independentes são notadas também em

outros períodos históricos da sociedade. A autora traz uma abordagem histórica em que Raymond Williams em 1992 constata já a partir de 1600 o surgimento de grupos com posicionamentos contrários ao que seria uma visão oficial da produção, como reflexo do início do processo de institucionalização das artes. No final do século XIX, com o aumento da centralidade das Academias, nas artes visuais cita o exemplo de *Salon des Refusés*, organizado em 1863 por artistas hoje nomeados como “vanguardas”. No século XIX, no campo da literatura francesa, e no início do século XX na tradição americana a existência de dissidentes/independentes.

Identificar uma produção independente nem sempre está em analisar critérios estéticos e discursivos que a tornam experimental ou que se oponham ao comercial, pois não se trata de uma regra, e há obras comerciais que podem possuir caráter experimental.

Oliveira (2017) fala de três dimensões da produção independente: as representações e imaginários associados à independência, quais valores e recompensas simbólicas esses posicionamentos trazem; as práticas e processos para verificar se o aspecto da independência diverge dos convencionais, qual o tipo de financiamento utilizado, e organização da tarefa de trabalho; e os caminhos específicos em que os produtos independentes fluem e são levados a público, seus mercados, as instituições ou pessoas que atribuem valor a esses produtos. Ainda supõe um quarto critério desejável relacionado ao conteúdo estético, discursivo e poético das próprias obras.

Outra questão a destacar é que cada área pode indicar critérios para classificar o que é independente. Isso quer dizer que o que é considerado produção independente em teatro nem sempre terá o mesmo ponto de classificação se migrado para a música. Para Muniz (2017) o ideal da produção independente pode variar, pois “cada um dos setores da produção simbólica construiu historicamente, de modo singular, suas próprias concepções de autonomia e heteronomia”. O autor resume que o posicionamento do que é independente está nas relações de distância ou proximidade, afinidade ou oposição, com três instâncias de poder: as convenções estéticas ou morais; o mercado; e o Estado.

Para Cunha (2016, p. 24) “a autopublicação coloca o autor como um agente significativo dentro do ecossistema, onde suas qualidades de empreendedor moldarão

suas estratégias de negócio e, conseqüentemente, sua carreira”. Na literatura, retoma-se o termo literatura marginal para classificar as obras literárias produzidas à margem do fluxo editorial.

2.1 Literatura independente

A retomada do termo literatura marginal nomeia as produções que são idealizadas e publicadas na literatura de forma independente no país. Seu significado inicial refere-se ao movimento da década de 70, do ponto de vista estético-cultural, contrário às formas comerciais de produção e circulação da literatura, conforme padrão de grandes editoras. Outro termo utilizado como sinônimo de marginal é periférico, em que ambos são conceitos intrinsecamente ligados a modelos de representação individuais do mundo e refletem novas identidades.

O mercado editorial brasileiro tem atraído cada vez mais editoras internacionais que conquistam grande parte do mercado com produção em massa, e grandes grupos editoriais que compram editoras brasileiras. Esta realidade culmina em um processo de altas cobranças financeiras e sacrifício artístico a que escritores precisam aderir quando interessados em publicar por tais editoras consagradas. Na contramão desse fluxo estão os autores independentes.

Schiffrin (2016) aponta a importância do livro manter sua independência, pois os livros não devem nascer voltados para um grande público como fim primário, mas possuem a missão de apresentar novas ideias e por consequência conquistar seu próprio público. Ainda segundo o autor, os livros formam antes de qualquer passo um mercado de ideias que ameaçam o *status quo* da sociedade.

Essa missão, no entanto, não é fácil em um mercado editorial centralizado, pois nesse cenário, escritores que quiserem ser fiéis ao princípio da independência podem encontrar dificuldades em publicar com editoras de grandes grupos. Por essa razão, novas ferramentas como publicação digital e as redes sociais apresentam-se como alternativas aos meios de publicação tradicionais.

Neste aspecto, outro grande desafio encontrado por um autor independente é a divulgação, que como expõe Araújo (2012), irá depender da rede de contatos do autor.

As grandes editoras também saem a frente por contarem com a imprensa. Algumas estratégias são adotadas pelos autores para a publicação independente. Uma delas é criação de coletivos em que há troca de práticas editoriais e reunião de verbas, que possibilita criação de selos e até de distribuidora.

Araújo (2012) afirma que as pequenas editoras dependem fundamentalmente das políticas públicas relacionadas ao livro e que, ultimamente, elas têm sobrevivido por eventos como vendas para órgãos públicos e medidas de limitação de livros por selo, o que favorece a diversidade. Os autores e as editoras independentes também encontram outras formas de financiamento como o *crowdfunding*, o financiamento de projetos por forma colaborativa.

Em relação às pequenas editoras, Araújo (2012) resume que a união faz a força no cenário atual, com o intercâmbio de ideias e a reunião em grupos e associações como a Liga Brasileira de Editoras (LIBRE), que atualmente possui mais de cem pequenas e médias editoras associadas, que buscam alternativas coletivas para a distribuição, compras governamentais, participação em feiras e eventos no mercado editorial. E ressalta a revolução causada pelos recursos digitais no mercado da autopublicação.

Simões (2012) traz algumas considerações sobre a motivação do escritor independente a partir de exemplos em Portugal. Para a autora, as principais motivações seriam a ideologia e algum tipo específico de motivação pessoal, mas ressalta que está presente uma vontade quase política e social na edição.

O ato de publicar, semanticamente, se refere a tornar algo público e notório, por isso Lupton (2007) ressalta que “A maioria dos empreendimentos editoriais, contudo, são motivados não tanto por lucro como pelo desejo humano de partilhar ideias através de um meio permanente, reproduzível e possível de partilhar”. Portanto, qualquer pessoa que publica tem algum discurso que objetiva tornar visível ao mundo.

A publicação independente, como no caso da literatura, não pede permissão as grandes editoras, não espera uma aprovação prévia ou se espreme para se encaixar num perfil unicamente comercial. Ela permite apresentar a criação que, muitas vezes, nasce e morre no escritório do autor.

Como ressalta Simões (2012) é comum que autores independentes acabem por originar grupos e redes de troca e apoio editorial, em que o puro prazer em publicar prevalece sob o todo. Gonçalves (2010) aponta que o independente é uma estrutura complexa, à margem das estruturas tradicionais, sendo normalmente locais, de pequena escala, e carregadas de um maior discurso e ideologias mais experimentais. O caráter ideológico da literatura independente tem teor político e perpassa por todos os meios de produção, como impressão e distribuição.

Um dos fundadores de uma editora independente de Portugal, a Chili com Carne, resgatado academicamente por Simões, traz uma importante caracterização da editora independente:

[...] será possível identificar uma editora deste gênero através de uma estrutura organizacional e laboral reduzida (uma pessoa, um casal, um coletivo), comunicação ativa com os autores e o público, distribuição e promoção defeituosa, exploração de nichos de mercado, poucos apoios públicos ou institucionais, financiamento reduzido, inovação tecnológica, entre outros aspectos. É um meio no qual se dá particular atenção ao objeto impresso, dedicando bastante tempo a cada fase da sua concepção (FARRAJOTA, 2012 apud SIMÕES, 2012, p.21).

No Blogzine da Chili com Carne, Farrajota (2012) lista alguns tipos de publicação que envolvem várias formas de produzir desde “sistemas de impressão caseiros (impressora do computador), artísticos (serigrafia, gravura, xilogravura, linóleo), tecnológicos baratos (fotocópias) e relativamente mais caros (impressão digital e offset).”

Segundo Farrajota (2012), a Fanzine é um tipo de publicação mais amadora feita por fãs ou militantes de alguma causa (poesia, música, cinema, política) geralmente fotocopiada e com uma distribuição reduzida (em Portugal entre 50 a 500 exemplares, no Brasil dos 200 aos 2000); Zine seria a evolução natural do fanzine com menor teor de militância ou a idolatria pela cultura Pop, são publicações de trabalhos pessoais ou

artísticos de um autor ou de um coletivo de autores; Edição de Autor ou autoedição realizada pelo autor, pode ter um aspecto profissional, mas difere por não ter um selo de editor; Livro de Autor é uma edição realizada pelo autor de poucos exemplares com evidentes realizações manuais como capa, colagens, ex-libris, assinatura e numeração pelo autor; Livro de Artista é uma edição de um livro geralmente de uma ou poucas cópias em que as páginas da edição muitas vezes tornam-se os originais do livro; Impressão digital é impressão em fotocópia *laser* que permite produzir poucos exemplares com um tratamento profissional (cozido, colado, encadernado), e tem servido para edição de autor mas também para pequenas editoras ou para livros de pouca circulação de grandes editoras; Split'zine (zine feito por dois títulos, a capa de um é a contra-capas do outro lado), prozine (termo anacrónico norte americano para fanzines feitos por autores profissionais), micro-edição (edição bastante limitada, abaixo de 50 exemplares).

Farrajota (2012) narra as motivações mais comuns do escritor independente, como um universo em que cabe de tudo: autores que vêm uma forma de promoção pessoal como uma espécie de escalada para chegar às grandes editoras, autores que tem uma visão própria do seu trabalho e não querem perdê-la, um registro de um movimento local/geracional/artístico, por diversão de um autor ou de vários, por uma necessidade de exposição pública etc.

Consonante a isso, Simões (2012) diz vir multiplicando-se modelos e guias de ajuda à edição, como parte da cultura *do-it-yourself*, que vão desde o desenho de um livro a sua produção, distribuição ou até venda ao público. Cita como exemplos os guias da designer e escritora Ellen Lupton, como *Design it Yourself e Indie Publishing* que dão indicações sobre como organizar o *layout* de uma página ou encadernar um livro em casa, sem deixar de lado o pensamento crítico a respeito da prática de *do-it-yourself* e as suas implicações sociais.

A prática *do-it-yourself* faz refletir sobre todo processo social envolvido na expressão gráfica. É uma forma alternativa que vai na contramão dos princípios da economia e massificação das tiragens, em que prevalece o prazer intrínseco de produzir. É mais acessível e, por ser independente, permite que o autoeditor torne a forma uma

expressão própria de linguagem ao ter papel ativo em todas as fases de produção. A atitude de defender sua personalidade na obra é uma necessidade social como aponta Walter Benjamin (2006) “um autor que não ensina nada aos escritores não ensina nada a ninguém”.

Gonçalves (2010) pontua algumas distinções entre a edição tradicional e a edição independente, ao afirmar que na tradicional cada publicação surge pelo diálogo entre autor, editor, agentes de legitimação (críticos, colecionadores), agentes de produção (editor, indústria gráfica, transportes e distribuição) e leitores.

Para Simões (2012) a publicação independente “passa a ser fruto de um só personagem: o autor, que consegue simultaneamente o papel de escritor, fotógrafo, ilustrador, editor, designer ou produtor gráfico”. Por isso, acredita que o caráter revolucionário não deve se resumir ao conteúdo artístico, mas se estender também aos meios de produção e distribuição.

Ao contrário das publicações tradicionais, realizadas por grandes editoras, o autor e editor independente objetiva atingir seu público ideal e, a partir desse público, atingir o coletivo. Gonçalves (2010) fala da publicação como forma de socialização, e que o autor a realiza pelo desejo de construir uma comunidade.

O espírito de comunidade torna-se presente em diversas etapas do processo da edição independente, uma vez que seus colaboradores constroem e apoiam-se por rede. Simões (2012) aponta que “esta distribuição próxima do consumidor é consequência de uma rede de contatos estabelecida entre editores e pontos de venda alternativos que acaba por conseguir criar uma pequena comunidade unida de colaboração e entreajuda.” Tais redes se organizam, por exemplo, em eventos como feiras de publicações independentes.

A rede que se cria pelos editores independentes possui um caráter mais de troca ideológica e motivacional, porém também financeiro. É necessário pensar sustentabilidade e saber lidar da melhor forma com questões burocráticas que envolvem a área, como gestão do tempo e de recursos, os custos de produção etc. Gonçalves (2010) diz que a independência exige nesse caso uma interdependência.

Financeiramente, o mercado independente está em desvantagem por não ter apoio dos grandes conglomerados comerciais, porém, apresenta uma vantagem econômica. Como aponta Simões (2012), essa vantagem está no lucro mais justo que retorna ao investidor por não passar por tantos intermediários. As estratégias de sobrevivência paralelas, como as redes, não exigem um grande investimento financeiro. É prática das editoras independentes aceitarem apoios financeiros e alguns subsídios do Estado, desde que não interfiram no conteúdo do trabalho.

Enquanto os autores fornecem e definem o conteúdo, a editora proporciona todo suporte gráfico, de design e distribuição. A distribuição é feita por algumas vias, como: feiras, lojas e *online*. As vendas no setor independente podem ser um pouco lentas em sua maioria, porém as editoras afirmam sobreviver de forma sustentável e com apoio externo. Outra forma de aquisição financeira é a associação de leitores a editora, do qual se paga uma pequena cota mensalmente, funcionando como uma espécie de clube.

O lucro e o espírito de comércio não são prioridades da editora independente, mas sim a sustentabilidade. Segundo Carvalho (2010, p. 24) não é em lucro acumulado que se traduz este cálculo, porque “não especulamos esse acréscimo no retorno, procuramos apenas assegurar que cada livro novo não coloque em risco os livros do futuro.” Ainda assim o baixo custo por si só também não configura em prioridade.

Quanto ao registro e guarda, Simões (2012) ressalta que poucas são as editoras que se preocupam em arquivar publicamente os seus projetos, e ainda menos aquelas que registram ISBN ou Depósito Legal. A forma de vida dessas publicações acaba por ser efêmera, são encontradas em poucas lojas espalhadas pelo país, e raramente se encontram em acervos públicos. A respeito do arquivamento, o autor ainda aponta:

Neste contexto, embora a dinamização da edição independente através de promoção de eventos e criação espontânea de pontos de venda possa ter tido, ao longo do último ano, algum impacto, ainda se revela majoritariamente pontual e pouco consequente. Ao mesmo tempo, sente-se a falta de mecanismos que organizem a área numa tentativa de registro e estruturação, e que possam promover o que foi e o que está a ser feito na edição

independente para além da banda desenhada e da ilustração. (SIMÕES, 2012, p.27)

As motivações por trás das editoras independentes demonstram-se sempre maiores do que a publicação em si, mas se destacam pela vontade de revolucionar o meio editorial. Por conta disso, estão constantemente aliando-se a outras editoras, promovendo exposições, feiras, *workshops* e conferências. Esse aspecto faz com que algumas dessas editoras independentes acabem indiretamente aplicando filtros sobre determinados tipos de publicações que se assemelhem aos seus objetivos.

O principal caminho revolucionário da publicação independente é permitir sem muitos pedágios a manifestação de vozes do periférico, do que é espontâneo, do esquecido. Esse movimento também é considerado por alguns autores como uma tentativa de devolver à arte a vida. Simões (2012) apresenta um exemplo em Portugal de um trabalho artístico de arte sonora feito na área rural da cidade de Viseu. Uma das criações foi gravar os sons rurais, como o som das enxadas semeando batatas, som da procissão, animais da região e mesmo entrevista com moradores. Um fato curioso observado ao apresentar as obras aos moradores foi o pouco estranhamento, a recepção de algo que seria taxado como experimental, de forma bastante natural e familiar. Sobre o arquivo digital do projeto em Viseu:

Através deste projeto a associação acredita já ter conseguido um acréscimo na autoestima coletiva e individual dos habitantes locais, pelo fato de se verem representados nas obras, encontrarem o seu cotidiano, as suas memórias e opiniões espelhadas através da prática artística. Perante estes resultados, os autores assumem a convicção de que “ao acompanharem os trabalhos artísticos desenvolvidos, as pessoas (tenham a instrução e a idade que tiverem) intuem os rudimentos dos processos de transformação sensível da realidade em arte e reconhecem essa realidade como sua, o que reduz de sobremaneira o hiato entre a criação e a recepção” (SIMÕES, 2012, p. 54.).

Simões (2012) traz alguns exemplos de editoras independentes em Portugal, e uma delas a Chili com Carne. O autor mostra que apesar de as publicações não

acontecerem propriamente de forma organizada, de não existir qualquer exigência quanto à qualidade de impressão, a editora citada presa por aderir a autores que se assemelhem e se identifiquem com a sua cultura. Pois diz serem publicados “essencialmente o projeto de um editor, ilustrador, escritor que se relaciona e identifica com a associação, e que, trabalhando em conjunto com os editores, produz o seu próprio objeto de culto.” (SIMÕES, 2012, p.33)

A impressão e produção material também não exige uma forma específica de criação, e podem ser utilizadas desde técnicas de impressão mais tradicionais e artesanais a tecnológicas, de grande escala como o *offset* ou processos de produção caseira como a serigrafia ou a gravura. Os valores adquiridos mais importantes no contexto deste tipo de produção é o aprendizado e a participação. Simões (2012) ressalta que o perfil do público da editora independente pode ser diversificado, e é constituído por leitores de poesia, colecionadores de fanzines, e qualquer pessoa interessada em desbravar um mercado sem referências e passível ao estranhamento.

O processo da edição independente está envolvido pelo experimento e pelo questionamento ao objeto livro. Carvalho (2010) acredita que o que leva um artista a interessar-se por fazer livros, os seus livros, os livros dos outros, a gerir conteúdos, a fazer o papel de editora, ter um espaço para gerir, é saber que tudo isso faz parte de um mesmo processo de gestão e produção de conhecimento.

Duarte (2010) ressalta que a não familiaridade dos autores independentes para com o processo de edição também é a causa do frescor e da inovação da edição independente. Outra consequência interessante para a publicação em si seria a potência crítica que surge com a atividade de autoedição. Em um mundo com diversas possibilidades tecnológicas, acredita-se cada vez mais no que se cria em rede, muitas vezes nascente da informalidade, na tentativa de fugir de uma centralização da cultural.

2.2 A literatura como alegoria cultural

A partir do início do século XXI, com aumento dos movimentos sociais pela

representatividade, ampliam-se saraus de poesias e iniciativas que dão voz a literatura produzida em comunidades e favelas. Com identidade própria, a literatura periférica hoje demonstra à comunidade a potência de sua classe, ao invés de focar em suas ausências, como aponta Hollanda (2011).

Hoje, os textos da Literatura Marginal assim como a fotografia dos jovens moradores de favelas que representam a própria quebrada ou a produção dos cineastas que fazem filme com telefone celular são atos comunicativos de grupos sociais subalternizados, instrumento importante na batalha dos desiguais pela (re)significação cultural dos conceitos de literatura e arte, o que pode levar ao reconhecimento da sua produção e ajudar a construir e legitimar o seu pertencimento ao campo cultural. (PIMENTEL, 2014, p. 51)

Uma poética de contraviolência sutil começa a se manifestar nas periferias através da oralidade no *hip-hop*, e em texto pela literatura, como aponta Hollanda (2011). Essa literatura ganha espaço em uma edição especial da Revista Caros Amigos em 2001 e em edições que se sucederam, trazendo à tona uma criação existente às escuras. Essa poética também começa a se manifestar pelo audiovisual.

O invisível é aquilo que não é visto pelo grupo, que não possui espaço de fala na sociedade. Primeiro, as câmeras pelas mãos dos cineastas voltam-se a cultura da margem. Depois, os sujeitos da margem desejam passar de objeto de arte a autores de sua própria arte e representação. Então, os marginalizados passam não apenas a serem vistos, como serem mostrados pela perspectiva de si mesmos.

Eslava (2004) fala que essa invasão dos subalternos, marginalizados, surge de forma orquestrada e com o principal intuito de declamar seu direito perante um nicho seletivo. O autor ainda aponta, em especial na Literatura, a poética marginal como contrarresposta a um mercado editorial que “direciona suas estratégias para incentivar a produção de objetos que possam ser consumidos por um leitor acrítico, ávido de quaisquer novidades” (ESLAVA, 2004, p.36). Fato esse que faz a escrita sobre o outro, como a exploração literária da violência, ser mais popular e valorizada do que a produção de quem verdadeiramente vive na realidade relatada.

O próprio adjetivo que carrega em si – marginal – demonstra a dificuldade de se expandir em um mercado tradicional, dominado pelo conservador. Esse é o motivo pelo qual, segundo Eslava (2004), os autores desse nicho buscam imprimir e editar suas próprias obras.

2.3 O poder decisório da edição

A edição pode ser vista como uma atividade de organização e seleção das palavras, que pelo valor comunicativo, torna-se uma atividade social. Medeiros (2009) fala que o objeto publicado surge de um universo turbulento, de ligações, reciprocidades, posições e interesses, aspectos promotores de intervenções estratégicas sobre o editar, tanto do ponto de vista dos princípios, como do ponto de vista do mercado de leitores.

Becker (1984 apud MEDEIROS, 2009) diz que apesar da premissa de que as ideias são frutos da individualidade, os livros são indubitavelmente produtos coletivos. O editor acaba por adotar quase um papel de co-criador, pois ele que irá preparar o livro conforme padrões da indústria, e vai impactar na forma como as ideias são elaboradas.

A edição existe como um instrumento institucional, que age por uma prática quase legislativa. Ela realiza a mediação entre autor e público, e o editor entrega a obra segundo sua interpretação e conhecimento de similaridade com o público. As escolhas passam pelo tipo de diagramação, da fonte, de título, pela adição de ilustrações, com o fim de orientar a leitura, mas, sobretudo, de atrair os leitores. Para Medeiros (2006, p. 8) é “tentar estimular junto do eventual leitor a compulsão de aquisição livresca com base numa fobia do sentimento de exclusão da leitura, do conhecimento, de um autor de culto ou de um tema da moda.”.

O ato de editar pode ocorrer sob a materialidade e imaterialidade. O livro é editado conforme seu público-alvo como, por exemplo, um clássico da literatura brasileira voltado para crianças. Uma edição crítica, por exemplo, possui um viés mais voltado ao estudo, a uma análise extra trama. Todos os tipos de edições possuem um

objetivo, uma finalidade a ser lançada e reconhecida. Medeiros (2006) comenta que a escolha do leitor deriva de encaminhamentos, seduções, constrangimento.

Antes concentrada também pela questão do acesso aos instrumentos de publicação, a edição hoje se torna possível pelo próprio autor diante de tantos meios para autopublicação. Os editores persistem em suas atividades por dominarem práticas de revisão de texto, possuírem uma leitura mais atenta do que do leitor padrão, e inserirem o que Medeiros (2009) classifica como um enquadramento plástico e tipográfico. São ainda de grande valor para as grandes editoras, pois agem como articuladores entre o texto inicial e a transformação necessária para que se aproxime ao mercado.

O perfil de uma editora também se define pelo que ela escolhe não publicar, pois é nessa ação que se esclarecem seus objetivos. Dessa forma, Pierre Bourdieu (1993) vem dizer que a publicação é a ruptura de uma censura. O filtro editorial possui grande coerência como prática quando se pensa em um contexto em que o custo de produção era alto, e que o armazenamento era pensado apenas na dimensão do espaço físico. O efeito da edição impacta na memória impressa e na construção que hoje temos de grandes e clássicos autores da literatura nacional e internacional.

As editoras independentes possuem um menor viés mercadológico, muitas vezes produzindo poucas tiragens, o que permite se abrirem as inovações, darem espaços a vozes subterrâneas, aos que estão à margem e não possuem meios de penetrarem no processo editorial tradicional. Medeiros diz que as editoras independentes sobrevivem “apoiadas num conhecimento especializado dos seus públicos e suportadas por redes sociais de fidelização de leitores por via da disseminação informativa e da promoção simbólica de um estatuto de marca que associam à sua reputação.” (MEDEIROS, 2009, p. 6)

O autor faz a diferenciação com a autoedição, sendo esta uma opção quando os autores não conseguem penetrar nem mesmo nas editoras independentes. Ainda em menor escala, as editoras independentes seguem uma identidade e realizam uma seleção que está associada à sua marca. A autoedição promove ainda mais a não alteração e a preservação do discurso original do autor.

O mecanismo das publicações independentes ocorre por uma rede social entre editores e autores, conforme aponta Walter Powell (1985). Tal rede funciona como uma troca de sugestões, opiniões, em que se reconhece a competência particular do texto pela afirmação de uma espécie de júri informal.

As editoras tradicionais trabalham para intuir no leitor o desejo pelo objeto livro em si através da diversidade de edições. Outra estratégia levantada por Medeiros (2006) é a importância do credencialismo e da legitimidade para o mercado editorial, como quando um livro dispara as vendas por ter sido legitimado em um prêmio como o Nobel. Tais editoras também contam com os meios de comunicação e o radar de críticos.

Em conversa com o autor carioca Rafael Cordeiro, ele indica dois motivos pelos quais decidiu publicar de forma independente. A primeira delas é a dificuldade em se ter um original lido por grandes editoras quando não há indicação de alguém próximo as mesmas. Esse fator é confirmado por conhecidos que trabalham em editoras desse nível, segundo Rafael. Por isso, as grandes editoras leem o original quando o autor tem renome ou uma indicação confiável.

Uma desvantagem em publicar com editoras pequenas é o que Rafael indica como práticas oportunistas. Algumas editoras pequenas se aproveitam de autores inexperientes, e acabam por aplicar golpes, sendo essa uma ocorrência comum, segundo o autor.

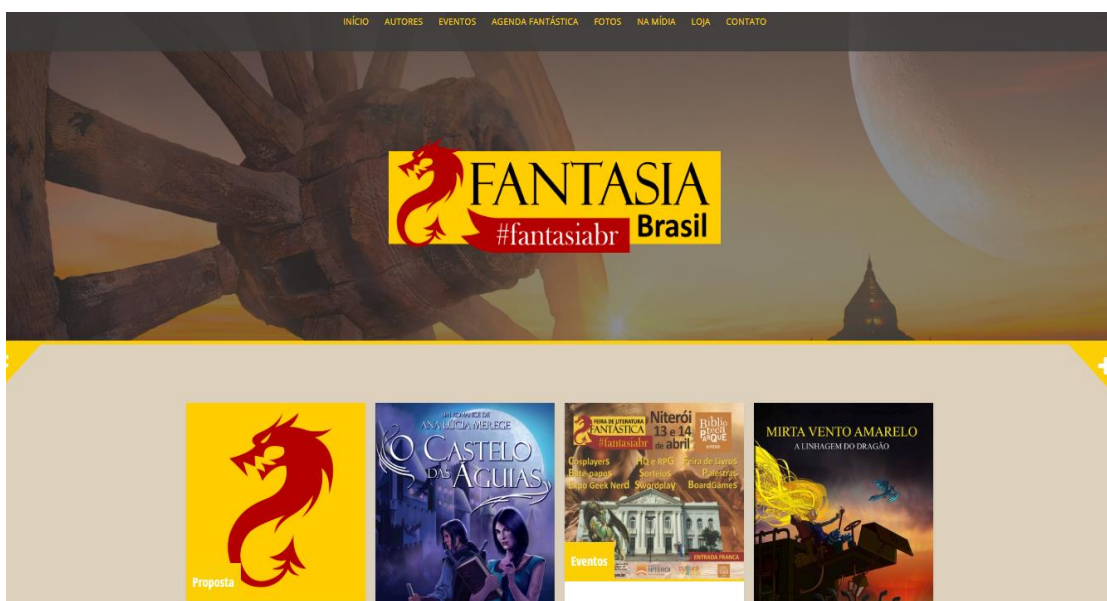
Ao ponderar tais realidades, Rafael optou pela publicação totalmente digital e gratuita da *Kindle Direct Publishing* oferecida pela *Amazon*, em que o *e-book* fica disponível para compra e o autor pode realizar a impressão do livro diagramado. Ao autor também são reservados os direitos autorais e a liberdade para vender no preço que estipular, além de poder editar o livro digital a qualquer momento.

Rafael declara que “como eu não tinha recursos para investir, essa é uma das poucas opções. Financiamento coletivo você precisa ter uma base grande para bancar o projeto e autopublicação física é bem cara.” Quanto a divulgação, ele conta que é feita principalmente de forma individual, mas que uma estratégia utilizada por autores

independentes que querem divulgar sua obra é realizar parceria com *blogs* e *YoutTubers* em que periodicamente são postadas dicas de novas leituras a um público leitor.

Escritor do gênero literário fantasia, Rafael participa do grupo de autores Fantasia Brasil em que colaboram uns com os outros quanto a dicas literárias e mesmo divulgação. O autor conta que, no início, o grupo começou de forma bastante amadora, mas que hoje evoluiu inclusive para realização de eventos.

Figura 1- Tela inicial do site Fantasia Brasil.



Fonte: <https://fantasiabrasil.com.br/>

No site do grupo é possível ver a publicação e fotos de três eventos realizados. Chamada de “A Feira de Literatura Fantástica Fantasia Brasil”, a primeira ocorreu em dezembro de 2017 em uma cafeteria em Niterói que atrai pessoas do universo *geek*, além de estar ambientada em histórias em quadrinhos e jogos. A segunda feira ocorreu em abril de 2018 no espaço da Biblioteca Parque de Niterói. E a terceira feira ocorreu em setembro de 2018, no São Gonçalo Shopping.

Figura 2 - Feira realizada na Biblioteca Parque.



Fonte: <https://fantasiabrasil.com.br/>

Sobre a possibilidade de entrega de exemplar em bibliotecas públicas, Rafael ressalta que nem todos os autores que publicaram como ele, pela *Amazon*, possuem o livro impresso. No entanto, apesar de não ter tido esse impulso quanto ao seu livro, possui colegas que entregaram exemplares em bibliotecas escolares e públicas.

Questionado sobre as vantagens e desvantagens em publicar de forma independente, o autor explica que “tem uma série de ferramentas que auxiliam nos diferentes processos envolvidos em publicação (capa, revisão, copidesque etc). Quando você vê, o livro já é público.” Ao mesmo tempo, Rafael afirma que a facilidade também possui suas desvantagens quanto a fase de divulgação e ao respaldo: “como é fácil publicar online, tem uma quantidade excessiva de ofertas e os leitores não conseguem discernir dentre as opções. Um selo editorial grande já traz essa aura de “qualidade”.

Diante desse breve cenário, em que a divulgação da literatura independente demonstra-se como mínima, porém seu conteúdo se mostra relevante culturalmente, a seguir busca-se compreender a missão da biblioteca pública neste contexto.

3 BIBLIOTECA E MEMÓRIA

Maurice Halbwachs (1950 apud POLLACK, 1992) já apontava um conceito amplo da memória ao dizer que esta deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Pollack (1992) afirma que há dois elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles vividos por grupo ou coletividade. Esse segundo aspecto é capaz de romper a barreira do espaço-tempo, dando a uma pessoa a memória de algo que ela não presenciou pessoalmente, mas que reconhece como parte de sua memória pessoal, possibilitada por uma socialização política/histórica. Nessa perspectiva, nomeia-se a existência da memória pessoal e da memória coletiva.

Pollack (1992) aponta a primeira caracterização a respeito da memória: a seletividade, isso é, a memória é seletiva. Antes dela há um julgamento e uma escolha a respeito do quê e como recordar. Sendo assim, sua segunda característica é o fato da memória, tanto a pessoal quanto a coletiva, ser um fenômeno construído consciente e inconscientemente de forma organizada. Esse processo é realizado por pessoas e personagens através da seleção de características e valores que irão constituir uma identidade.

Isso quer dizer que, sendo a memória feita por seleções e passível de transformações, poderão ocorrer mudanças sociais que levarão a escolhas do que preservar e porque preservar, pois, tal ato envolverá questões não somente sociais, mas políticas, econômicas, sendo sempre essa escolha perpassada por disputas de poder.

Michael Pollak em “Memória, esquecimento e silêncio” traz uma contraposição a Halbwachs, que considera a memória social como uma construção coesiva, ao ressaltar que existem memórias silenciadas. Para Pollak, a memória coletiva se constrói por uma estrutura hierárquica que, muitas vezes, obriga os indivíduos a adotarem determinada memória, não por coesão, mas por coerção. Ao citar Durkheim, o autor concorda que a memória coletiva existe como uma força quase institucional sob o indivíduo.

As teorias das memórias subterrâneas apontam a existência de uma memória oficial que exclui os marginalizados. Pollak afirma que passa a existir uma disputa de memórias, e exemplifica com fatos na história de países que passaram por governos opressores em que a memória subterrânea do oprimido em determinado período passa a ser ouvida e considerada.

Ela vem à tona nas comunicações, na arte, e os traumas são compartilhados, mudando a perspectiva da memória coletiva imposta, em que heróis deixam de assim ser. Esse fluxo indica a existência de disputas de memória que não se dão simplesmente entre Estado e sociedade civil, mas principalmente entre grupos minoritários e sociedade. O trabalho de enquadramento da memória de grupo tem base na história. A história, por sua vez, é constantemente revista; o passado é incessantemente reinterpretado em função do presente e do futuro.

A construção da identidade é composta por três elementos: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência entre os dois anteriores (Pollack, 1992). O indivíduo como unidade física, somente, não pode se identificar sem o contexto político no qual está inserido. Por isso, Pollack (1992, p. 205) diz que “a memória e a identidade são valores disputados” entre grupos sociais, e irá influenciar a consciência de pertencimento em determinado grupo.

A memória está diretamente relacionada à representação, como aponta Dodebei (2001), a representação “pode ser compreendida de duas formas: a representação obtida por meio da reprodução, como é o caso da duplicação de textos, sons e imagens; e a representação obtida por isolamento de um objeto, por exemplo, um espécime único”. (2001, p. 60). Dessa maneira, os registros são usados para representar características de uma cultura, “pela intencionalidade na localização de vestígios, artefatos, textos, objetos, monumentos, com o intuito de interpretar os fatos históricos e sociais” (DODEBEI, 2001, p. 62).

A relação entre memória e poder é evidenciada desde a mitologia grega entre a união mítica de Zeus e Mnemósine. Não é recente a percepção dos indivíduos sobre o fortalecimento da memória social como meio de poder necessário para manifestar seu desejo de influência. Aos poucos os povos fizeram uso de construções arquitetônicas,

preservação de instrumentos, criações artísticas, museus, para deixarem a marca de sua identidade na sociedade, e assim serem reconhecidos e lembrados.

Sendo assim, o ato de selecionar o que lembrar e o que esquecer é um ato de poder e que, também, define a distribuição de poder. A memória silenciada de um povo é resultado de uma força de poder que a ela se sobrepõem por questões políticas, de escolhas sociais. Exemplo de que destruir uma memória é enfraquecer uma nação são fatos históricos de destruição de monumentos e livros do povo inimigo. A memória é instrumento da identidade, que por sua vez caracteriza a existência, o reconhecimento de potências, desenvolvimento e fraquezas de um grupo social.

O bom uso do poder da memória impacta positivamente no desenvolvimento da sociedade. A fim de garantir os meios de criação da memória, criam-se políticas de memória. Elas se fazem necessárias para garantir a manifestação de determinadas memórias, evitando seu esquecimento e apagamento. A criação de instituições que preservam tais documentos, e guardam testemunhos gravados ou impressos, salvaguardam a história de uma determinada época, apresentam olhares sobre fatos sociais a que pertenceram. Sem tais políticas, o apagamento ou ocultação ocasionaria uma crise de identidade, ou mesmo a interrupção da sequência de desenvolvimento, visto o não acesso ou desconhecimento de práticas antepassadas. A concepção do presente depende das visões do passado garantidas pelas políticas de memória.

Pouco a pouco a documentação foi se expandindo para além da dimensão do suporte, e o meio digital é prova de que um documento se caracteriza, sobretudo, por suas informações nele contidas. Tanus (2013) também afirma que os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade.

Nesse aspecto, o acesso aos patrimônios, como os documentos, é de fundamental importância. Costa e Albuquerque (2006, p. 8) discorreram sobre autores independentes, definindo-os como “aqueles que editam as suas próprias obras e que são responsáveis por todas as fases da editoração”, sendo este caráter autônomo presente em quaisquer produções independentes. O termo “cultura marginal” se relaciona à produção independente. Foi elaborado pelo artista Jean Dubuffet (ANDRIOLO, 2004), por volta de 1945, ao propor a designação *Art Brut*. “O povo sempre produziu arte

espontaneamente”, afirma Gauthier (1938 apud ANDRIOLO, 2004, p. 19). Dubuffet classificou a arte marginal como produções inventivas de membros das classes populares, de pacientes de hospitais psiquiátricos, de excluídos do sistema cultural etc. Dessa maneira, as produções independentes contemplam a alteridade necessária para o desenvolvimento sociocultural.

Os centros de informações compõem seus acervos com documentos que procuram atender às necessidades informacionais de seu público-alvo. Para isso, contam com algumas ferramentas como uma política de desenvolvimento de coleções, e o estudo de usuário. Figueiredo (1994) define estudos de usuários como um instrumento “para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada”. Os resultados desses estudos irão guiar, por exemplo, o processo de aquisição e seleção do acervo.

Vistos acima os conceitos envolvidos no tema, os centros de informações serão evidenciados como disseminadores da cultura de uma comunidade. Portanto, não apenas a multiplicidade como a diversidade de documentos se torna de grande importância para a construção da memória e da identidade.

3.1 A biblioteca como espaço de memória

Desde seus primórdios, com o clássico exemplo da Biblioteca de Alexandria, as bibliotecas são verdadeiros guardiões do patrimônio documental de uma nação. Baratin e Jacob (2000, p.47) demarcam tal papel das bibliotecas e descrevem suas finalidades de “coleccionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita”.

Como o acesso à habilidade de leitura e conseqüente conhecimento eram reservados a uma pequena parcela da sociedade, a elite, as primeiras bibliotecas caracterizavam-se por guardar o patrimônio documental de figuras e famílias nobres. Dessa forma, a biblioteca era um símbolo de poder e riqueza. Andrade (2007) aponta que no século XV encontrava-se “em algumas cidades da Europa, bibliotecas reais possuidoras de belíssimos acervos, restritas à Corte e destinadas à formação da realeza”.

As formas de aquisição do acervo dessas bibliotecas eram as mais diversas, desde compra e doação a confisco e depósito. A revolução da imprensa transforma os cenários das bibliotecas e impulsiona à democratização do acesso a literatura para um maior número de leitores, e passa a atingir um público menos específico e elitizado. Andrade (2007, p.3) afirma que as bibliotecas passam a ganhar “uma existência própria no século XVII, quando surgiram as primeiras bibliotecas públicas, patrocinadas por mecenas (pessoas que patrocinavam artistas e escritores para obter prestígio)”.

As bibliotecas transformam-se, então, pelo crescimento de uma sociedade mais industrializada, que preza pelo livro como um produto de mercado. Começa a se tornar coerente a criação de bibliotecas nacionais que servissem como guarda e disseminação do material bibliográfico produzido por uma nação, sendo as bibliotecas nacionais uns dos primeiros modelos de bibliotecas públicas.

Segundo Andrade (2007) o grande modelo de biblioteca nacional surge na França em 1795 quando, através da Convenção Nacional Francesa a biblioteca é declarada como propriedade nacional e fica estabelecido que os exemplares impressos em toda França devessem ter como destino de guarda a Biblioteca Real da França. Nesse momento, surge o princípio da lei do depósito legal que rege grandes partes das bibliotecas nacionais no mundo, assim como a Biblioteca Nacional do Brasil.

No século XIX, Milanesi (1986, p. 23) destaca que “a biblioteca/museu deixou de ser a única possibilidade enquanto coleção pública, passando a existir a biblioteca/serviço, oferecida ao público”.

A Biblioteca Nacional brasileira teve seu acervo inicial advindo da Real Biblioteca com a chegada da Família Real em 1808 ao país. A biblioteca do Rei era um símbolo de poder e prestígio perante o mundo e um meio pelo qual “a imagem do rei e o saber erudito dos governantes estavam fortalecidos” (EL FAR, 2006, p.17). Como descreve Andrade (2009) seu acervo era composto por livros e manuscritos religiosos, clássicos, obras de historiadores portugueses, códices, incunábulo, gravuras, partituras e mapas, entre outros.

Pela caracterização de um acervo amplo, a Biblioteca Real trouxe ao Brasil o primeiro modelo de biblioteca repositório do saber universal. Andrade (2007) relembra

que o primeiro movimento de criação de bibliotecas pelo país surge através dos franciscanos e das bibliotecas dos conventos com objetivos religiosos. No campo editorial, o autor destaca a Livraria E & H. Laemmert responsável pelo Almanak Laemmert e a Livraria Garnier que publicaram obras de literatos como José de Alencar, Machado de Assis e Joaquim Nabuco.

Moraes (1943) registra que as bibliotecas no Brasil passam a abrir as portas à população e começam a perder seu caráter particular a partir de um episódio em 1814 quando, por ordem do Príncipe Regente, a Real Biblioteca instalada no Hospital do Carmo fica acessível ao público. A mudança geográfica da Biblioteca Nacional para a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, é consequência de uma proposta, visada por Rodrigues Alves, de trazer maior civilidade ao espaço urbano, estando à biblioteca mais próxima à cidade como parte relevante da estratégia.

Suaiden (2000) aponta a criação da Biblioteca Pública da Bahia, em 1811, como o primeiro movimento de uma biblioteca de caráter realmente público. Segundo Russo e Silva (2012, p.6) Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, um rico senhor do engenho, estabelece o plano para estabelecimento de uma biblioteca pública e “promoveria a instrução do povo pelo acesso aos livros e periódicos disponíveis na Colônia na ocasião”. Castelo Branco acredita existir uma discrepância entre o acesso à informação pela Colônia comparada ao restante do mundo.

Andrade (2007, p.9) aponta a transformação da Biblioteca Nacional em uma fundação de direito público como um marco para uma nova perspectiva do papel da biblioteca na sociedade, pois a partir de 1990 “a Fundação Biblioteca Nacional, passa a coordenar as ações ligadas à leitura e ao livro e expande sua atuação para além de sua importância como instituição de preservação”, articulando diversas ações e instituições junto ao Ministério da Cultura.

Ainda assim, a Fundação Biblioteca Nacional é salvaguardada pela sua mais nobre função, determinada pela Lei do Depósito Legal, de receber toda a memória

gráfica produzida no país. Guardiã de um patrimônio bibliográfico, que Andrade (2009, p.25) define como “um conjunto de documentos, de origem pública ou privada, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município, formado através de sua importância administrativa, histórica e cultural”.

Patrimônio é “o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente” (UFSM, 2009), onde os documentos possuem um papel essencial. A preservação do patrimônio cultural tem ganhado espaço para discussões nas últimas décadas. Fonseca aponta que as principais questões em foco são “a ampliação da definição de bem patrimonial, a manutenção de dotações orçamentárias governamentais e a pluralização da participação social na prática de preservação.” (WILLIAMS, 1997, p. 373) Essas questões são ainda pouco valorizadas, apesar de a preservação do patrimônio ser reconhecida como um dever do Estado e um direito da sociedade.

Na América Latina, Fonseca (1997) aponta a noção já presente de que preservar o patrimônio cultural é garantir a existência dos lugares de memória. No Brasil, o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) mostrou-se essencial na história. Fonseca também realiza uma análise de como a preservação no país tem se fixado, por influência de determinados profissionais, no patrimônio que define como de "pedra e cal", ao invés de “uma política que seja mais plural, flexível e voltada para a grande heterogeneidade sociocultural do país.” (WILLIAMS, p. 374).

A história da preservação no Brasil é analisada através da linha temporal do IPHAN, mas Fonseca (1997) ressalta a participação de outros institutos histórico-geográficos, e mesmo da Família Imperial para preservação. Os críticos dessa perspectiva histórica traçada pelo próprio IPHAN têm a missão de apresentar o que está oculto diante da memória oficial.

Fonseca (1997) faz uma crítica a participação dos modernistas, sobretudo na política de tombamento, quanto a tendência elitista da preservação. Para a autora, as construções Coloniais e as obras modernistas eram valorizadas, enquanto a arte popular, construções arqueológicas e paisagísticas eram desprezadas. Ainda ressalta a influência

do Estado Novo na política de tombamento, o que a tornava antidemocrática, definida por um grupo restrito de arquitetos e técnicos. O IPHAN, assim, “tendia a reforçar uma política fechada e antipluralista de preservação patrimonial que permaneceria após a queda do Estado Novo” (WILLIAMS, 1997, p. 376).

A partir dos anos 70, surge o que Fonseca caracteriza como uma renovação do preservacionismo federal, motivados por reivindicações de municípios, governos estaduais e organizações internacionais como a Unesco. Em 1975, a fundação do Centro Nacional de Referência Cultural traz diversas mudanças para a preservação da cultura. Uma das principais medidas que ocasionam essas transformações, segundo Fonseca, é a criação da “base de dados de referência cultural que abrangeria uma amostra ampla da produção cultural brasileira informada por uma ótica antropológica e etnográfica da diversidade da cultura nacional.” (WILLIAMS, 1997, p. 376).

O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi criado como um meio para se diferenciar das práticas já presentes em “instituições oficiais, museológicas, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura.” (FONSECA, 2001, p. 115). Aloísio Magalhães, à frente da CNRC, ressaltava que nas décadas de 50 e 60 era predominante uma visão acrítica da modernização e tecnologia, além de valores que favoreciam uma homogeneização da cultura. Dessa forma, Fonseca aponta que a busca pela diversidade era um objetivo no momento, e o olhar para um patrimônio ainda a ser referenciado, ao invés do patrimônio considerado “morto”, por ser do passado.

Fonseca ressalta que “as referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e em sua relação com os contextos socioeconômicos” (2001, p. 116). O que considera como um processo completo e ambicioso que visava patrimônio não contemplados pelo IPHAN, em que alguns propósitos eram ampliar a participação dos grupos a serem referenciados e, também, garantir o retorno dos resultados aos mesmos. Nesse processo, a identificação do patrimônio era realizada através de registros documentais de determinado grupo ou comunidade. Existia um interesse em compreender o funcionamento, a prática e a participação dos envolvidos.

O patrimônio imaterial pode ser valorizado pelo outro por interpretações

distintas. No artesanato, por exemplo, para alguns será visto como uma atividade econômica local, alguns irão ver como um produto original, personalizado, outros irão ver como parte da história do local. Fonseca (2001, p.117) aponta que o “que distingue as produções pré-industriais da produção industrial é sua diversidade, em função de sua adequação ao meio ambiente, às necessidades do momento, a um universo simbólico, etc.”

A noção de referência cultural, inserida na política cultural do país, segundo Fonseca (2001) trouxe questões como legitimidade para escolha do que preservar, reflexões sobre o sentido da referência e a qual grupo se refere. Tal noção é contrária a preservação exclusiva da história oficial, mas sim a inclusão de manifestações culturais de grupos diversos da sociedade. Através do levantamento de informações, pesquisa e documentação é possível adquirir os dados necessário para a recriação de bens, como aponta Fonseca, e permitir dessa forma a valorização do acervo de bens culturais do local documentado.

Apesar das tensões entre as ideias tradicionais e as novas perspectivas de pluralização, a visão de bens culturais é ampliada e a política de tombamento recebe maior teor democrático. Fonseca (1997) preocupa-se com a participação da sociedade brasileira na preservação, e como essa mobilização transforma os símbolos da cultural nacional. Sugere que o “patrimônio como res pública é ainda desconhecido por muitos setores da população brasileira - sejam classes dominantes ou subalternas.” (WILLIAMS, p. 377)

Transpõem-se, assim, uma visão elitista de patrimônio para uma visão de lugares de memória. Ainda sim, Williams (1997, p. 378) cita a pouca participação de grupos como populações locais, e mesmos turistas e empresários, no conselho consultivo. E, por isso, acaba-se por perder oportunidades de melhor compreender o patrimônio dentro da sociedade contemporânea.

Dessa forma, passa-se a pensar nos bens culturais sempre em referência a um grupo, uma vez que “o valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados.” (FONSECA, 2001, p. 112). A valorização dos bens imateriais, dos quais a política do

tombamento por si só não consegue contemplar, cria-se novas formas de identificação e preservação das manifestações culturais.

A implicação dessa noção de referência se dá quanto ao olhar aplicado ao local que é objeto de preservação. Fonseca (2001) demonstra essa mudança ao citar como exemplo sítios urbanos em que a dimensão simbólica para a região, para seus habitantes, não deve ser descartada. Antes de preservar as referências, é preciso primeiramente identificá-las. Fonseca (2001) ressalta que por vezes a dimensão simbólica do espaço passa a ser somente valorizada quando surge a ameaça de sua perda.

O espaço possui não somente monumentos, mas, também, práticas de vivências construídas ao longo do tempo, que foram cultivadas, e tornaram-se uma cultura local que precisa ser analisada antes de uma intervenção. Somente através do reconhecimento de sujeitos particulares e locais algo se evidencia como passível de valor patrimonial.

A respeito do trabalho de interpretar e criar referências, Fonseca ressalta:

“O ato de apreender referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que falem daquele contexto cultural, no sentido acompanhamento e análise de representá-lo. Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural.” (FONSECA, 2001, p. 113)

Preservar traços de uma cultura, como aponta Fonseca (2001), torna-se um ato de poder. Na história da humanidade é possível observar culturas que preservaram suas características, assim como se apropriaram de hábitos de outras culturas, e assim se fortaleceram. Através de uma hegemonia cultural, criam-se representações de uma identidade nacional. Por isso, Fonseca indica “a atividade de identificar referências e proteger bens culturais não apenas como um saber, mas também como um poder” (2001, p.114).

Outra discussão em meio a essa atividade de poder é a legitimidade daqueles que identificam e selecionam as referências culturais. Os espaços públicos possuem equipe

de intelectuais e técnicos direcionados para essa missão, no entanto, Fonseca (2001) questiona qual é a participação efetiva do público para decisões nesses espaços.

A preservação das referências culturais passou a ser um direito do cidadão. A partir desse marco, a população busca ter seu direito garantido, e referências de grupos considerados minorias tornam-se reconhecidas em âmbitos legais, como aponta Fonseca (2001). Para que esse movimento permaneça em ascendência é necessária uma maior descentralização do poder decisório, assim uma ampliação da organização da sociedade civil. O Estado e os intelectuais ainda que permaneçam com seu poder decisório não devem deter esse poder de forma exclusiva.

Em Arquivologia a relação entre documento e patrimônio parece mais evidente, mas para LeGoff (1996, p. 548) também em Ciência da Informação e Museologia, o documento “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Abreu (2007) aponta diversos tipos de patrimônios que se expandem cada vez mais, como: patrimônio cultural, tangível, intangível, ecológico, biológico, econômico, financeiro, intelectual etc. Gonçalves aponta que umas das práticas mais importantes para o surgimento da categoria patrimônio é o colecionamento, pois “ao exercerem a ação de colecionar objetos materiais, buscam, por meio deles, exercer uma subjetividade em oposição a um determinado outro” (2003 apud ABREU, 2007, p. 216).

A biblioteca como símbolo de um patrimônio material e imaterial encaixa-se no decreto criado por Mario de Andrade e Paulo Duarte, em 1937, que dispõe sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e define:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p. 1)

Pierre Nora (1993) conceitua sobre lugares de memória criados para serem um meio de acesso e manutenção da memória. As bibliotecas, assim, também são lugares de memória ao constituir em seus acervos desde obras raras, a coleções de avanços científicos a romances populares.

A criação de lugares de memória, antes de ser uma manifestação espontânea, é uma construção histórica. Pollack (1992, p. 208) diz que “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”, não havendo diferença nesse quesito entre a comunicação oral, escrita, visual, sonora etc.

Andrade (2007) relembra o papel da política de preservação para garantia da biblioteca como lugar de memória. A catalogação e classificação, e todo processamento técnico, são partes dessa política que busca proporcionar a gerações futuras o acesso aos documentos produzidos em outro momento histórico, seja transferindo-os a um novo suporte ou preservando o estado original das obras, como é feito com as obras raras.

Milanesi (2002, p. 12) a respeito da sobrevivência da biblioteca ressalta que “muda a sua configuração física, transformam-se as operações de acesso à informação e até tem o nome trocado, mas, na essência, permanece como a ação concreta do homem, o grande desafio e jogo humano para não perder o que ele próprio criou.”

3.2 Desenvolvimento de coleções

O desenvolvimento de coleções compõe o processo de toda biblioteca em crescimento. Vergueiro (1989) define como “um processo cíclico e ininterrupto formado pelas seguintes etapas ou fases: estudo da comunidade (perfil da comunidade), políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação.”

Desvallées e Mairesse (2013, p. 32) apontam a definição de coleção como “um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunho etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar”.

A coleção em bibliotecas e museus é de acesso ao público e pode ser pública ou particular. Desvallées e Mairesse (2013, p. 35) também apresentam uma acepção mais ampla da coleção “como uma reunião de objetos que conservam sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica.”

Uma coleção, no entanto, não se trata de um mero agrupamento de objetos. Ela se caracteriza, segundo Desvallées e Mairesse (2013, p. 32), por objetos que formem um conjunto relativamente coerente e significativo. Os autores também fazem uma contraposição com o fundo arquivístico, e determina que a diferença entre coleção e fundo é a etapa da seleção, uma vez que o fundo não possui seleção e muitas vezes, também, a não intencionalidade em tornar um conjunto de objetos coerentes.

Para Desvallées e Mairesse (2013, p.33) “a coleção é concebida simultaneamente como o resultado e como a fonte de um programa científico visando à aquisição e à pesquisa, a partir de testemunhos materiais e imateriais do homem e de seu meio.” Ao partirem da reflexão a respeito dos museus, os autores levantam a importância dos sistemas de classificação para descrever e localizar os objetos nas coleções, tal como ocorre nas bibliotecas.

A consciência do patrimônio imaterial para Desvallées e Mairesse (2013, p. 34) tem trazido desafios a área de coleções. Novas formas de aquisição passam a ser requisitadas para suprir a demanda de conhecimentos locais, performances em arte contemporânea, entre outros.

As bibliotecas como organismos em crescimento, adiantes de uma expansão informacional, buscam o equilíbrio entre o acúmulo e a coleção. Esse equilíbrio é estabelecido hoje pela prioridade da necessidade do usuário, destoante ao modelo de bibliotecas até a Idade Média voltadas ao armazenamento e acúmulo, como aponta Jannuzzi (2001).

No século XXI começa-se a pensar em formas de administrar a exorbitante massa informacional, e o estabelecimento de critérios para seleção ganham valor. Esses critérios são o que Hesse (1841) defende como a importância de instrumentos auxiliares de seleção para orientar a seleção e o descarte a fim de retirar “obras inúteis” e desatualizadas.

A criação de coleções nos acervos de bibliotecas não se trata de um mero acaso. Weitzel (2002) indica que as principais questões que norteiam uma coleção são: o quê, o porquê, o para quê, como e para quem colecionar. Dessa forma, o ato de selecionar obras para compor um acervo configura-se em um dos processos essenciais do planejamento da biblioteca.

A respeito da mudança de perspectiva ao longo do tempo sobre os critérios de seleção, Jannuzzi (2001, p.3) aponta:

“Já na primeira metade do século XVII, os modelos que apoiavam a formação de coleções consideravam aspectos religiosos ou relativos à raridade e luxo das obras, sem considerar o valor de seu conteúdo: idealizavam a biblioteca como um retiro, à margem das atividades domésticas e públicas; ou como um espaço de curiosidades e obras seletas, concretizado principalmente por colecionadores que valorizavam os elementos extrínsecos, tal como a encadernação com dourações e folhas de ouro; ou ainda como a concepção jesuítica que selecionava apenas os livros cristãos, excluindo as obras consideradas heréticas, profanas ou heterodoxas.”

A concepção das bibliotecas como reunião de documentos úteis, como organizações integradas e não isoladas, foi preconizada por Naude (1627), e dessa ideia surge a base para criação das bibliotecas em redes.

O avanço do desenvolvimento científico, tal como veio a se configurar as diversas áreas de conhecimento, tornou ainda mais criterioso e complexo estabelecer coleções. Vergueiro (1993) aponta que a literatura especializada, em especial a norte-americana, trouxe contribuições importantes a partir dos anos 60 para a área de coleções, quando surgem bibliotecas construídas para organizar determinada área específica de conhecimento. Esse movimento, logo ao início, mostrou a importância de refletir sobre os critérios de crescimento orientado sobretudo pela missão institucional e perfil dos usuários. Weitzel (2012, p.3) afirma então que “o termo desenvolvimento de coleções foi, a partir desse momento, consagrado pela literatura especializada para designar os processos e as políticas que envolvem ações em relação às coleções.”

O processo de desenvolvimento de coleções, segundo Vergueiro (1989) e Evans (2000), é cíclico, ininterrupto, e composto por etapas como estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Os dois principais pilares da política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, segundo Figueiredo (1998), são os objetivos institucionais, como sua missão, e as necessidades da comunidade, que é seu público-alvo.

Os modelos para classificação são as ferramentas que possibilitam a criação e organização das coleções. Para Weitzel (2012, p.4) cada item deve exercer uma função específica, e compara o acervo a um esqueleto, em que cada parte irá compor uma estrutura coesa do todo. A fim de garantir essa estrutura, a política de seleção torna-se essencial.

A etapa da seleção é guiada pela lista desiderata. Essa lista se refere aos itens aprovados para comporem o acervo, segundo a política de seleção da biblioteca. A política de seleção, por sua vez, compõe os critérios estabelecidos por um grupo definido da biblioteca, em que tais critérios evidenciam a necessidade da presença do item do acervo, a duplicidade do mesmo, a exclusão de um item e a criação de coleções.

Maire (1896) fala do desenvolvimento coleções para o fim de representar a produção de um país. Apesar de essa afirmação não poder ser aplicada a todos os tipos de bibliotecas, se aplica com mais facilidade as bibliotecas públicas. Hesse (1841) ressalta o papel primordial das bibliotecas em corresponder as necessidades de seu tempo. Portanto, a seleção é o trabalho de identificar e acolher os livros relevantes em uma infinidade de livros e informações.

No tocante a responsabilidade da seleção, Gräsel (1914) destaca o papel do bibliotecário como capacitado para atender, sobretudo, ao interesse da biblioteca e seu público. Esse preparo do profissional bibliotecário pode não estar presente em outras figuras que venham a compor a biblioteca, por poderem representar concepções ou modelos inadequados aos propósitos das bibliotecas.

O papel de seleção não deve ser concentrado no profissional, mas sim guiado por um plano predefinido, evitando assim incongruências e desvios de critérios. Além

da lista desiderata, outra prática comum em bibliotecas universitárias, e que Maire (1896, p.83) indica como de grande importância, é o registro de demandas. Trata-se do registro de sugestões por parte dos usuários de itens que podem vir a compor o acervo. Elas são lidas e analisadas, normalmente, ao final do ano e poderão ser inseridas nos critérios do plano de seleção para o ano seguinte.

A relevância dada a lista de pedidos e indicações dos usuários pelos bibliotecários, segundo (Gräsel, 1914, p. 255), favorece um acervo mais atualizado e alinhado ao seu público. O autor também ressalta a importância dos bibliotecários compartilharem com seus pares as decisões, sem que a comissão escolhida possa adotar uma conduta autoritária.

Ainda para Gräsel (1914), o critério de seleção possui três origens principais: a partir do ponto de vista do usuário da biblioteca; o valor intrínseco de um documento; e características extrínsecas ao documento. Vergueiro (2010) ressalta outro fator que acaba sendo um critério nas bibliotecas, que é o custo para adquirir o documento.

Entre as formas de aquisição nas bibliotecas, Gräsel (1914) cita a importância do depósito legal, como em Bibliotecas Nacionais, como um meio de conservar a produção literária e científica do país em seu tempo, e sugere a extensão da lei para outros tipos de bibliotecas, como as universitárias. Weitzel (2012, p. 12) afirma que “Nos dias atuais, a formação de coleções locais tem sido uma prática bastante valorizada, tendo em vista os aspectos relativos à identidade e à memória - questões de alta relevância na sociedade contemporânea.”

Gräsel (1914, p. 260) fala da importância em dividir os recursos igualmente para as ciências presentes no acervo da biblioteca no processo da aquisição. A prestação de contas permitirá comparar o uso dos recursos com o que foi estabelecido previamente no plano ou política.

O termo “desenvolvimento de coleções” surge para representar na literatura de Biblioteconomia a fase de seleção do acervo. Caracteriza-se como um dos processos dentro da Biblioteca, que busca estabelecer critérios de implementação e crescimento, sempre voltado para as demandas de seus usuários. Algumas das atividades envolvidas

no desenvolvimento de coleções são: determinar uma política de seleção, formas de aquisição, estudo de usuário e gestão de recursos.

O objetivo desse tópico foi conceituar o desenvolvimento de coleções, com foco na fase de política de seleção, e relacionar os conceitos com os futuros dados de análise de presença e ausência de literatura independente nas bibliotecas pesquisadas.

3.3 Acervos de bibliotecas públicas

Segundo a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a biblioteca “baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 2).

Pode-se dizer que as bibliotecas públicas são formadoras de leitores. Milanesi (2013), no entanto, aponta a precariedade dos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. Para o autor a dificuldade se dá pelo desafio que a biblioteca municipal tem em contemplar a um público bastante heterogêneo, marcado por uma diversidade sociocultural complexa.

Milanesi (2013, p. 4) classifica muitos dos acervos como impróprios, e explica que: “como raramente existiram no orçamento dos municípios recursos para compra de livros e política continuada para tal, os impressos foram juntados aleatoriamente, ora provenientes de doações governamentais desnecessárias”. Ainda em 1937, o autor afirma que por iniciativa do Instituto Nacional do Livro (INL) implementou-se a doação ocasional de livros para bibliotecas municipais, sem planejamento, originando acervos de pouco interesse. Para o autor, assim, o esvaziamento das bibliotecas seria fruto de um acervo insatisfatório.

No período pré-internet, Milanesi (2013) afirma que a biblioteca muda seu objetivo em ter um acervo diverso para um acervo que atenda o que chama de público real, que são crianças e adolescentes que buscam a biblioteca pública para pesquisas escolares, em grande parte pela ausência de biblioteca escolar. Por conta disso, “essas

bibliotecas, de modo geral, ainda são entendidas pela população como um espaço unicamente físico, de organização de documentos no suporte papel e que têm como atividade principal o atendimento às pesquisas escolares.” (MACHADO, 2010, p. 1).

Outro fator que dificultaria a qualidade do acervo, para Milanesi (2013, p. 3) é a desorganização governamental, pois “as políticas públicas de cultura, setor onde quase sempre se alojam as bibliotecas, nunca deram prioridade à contratação de recursos humanos próprios à administração de bibliotecas públicas.” Também aponta que as instituições de ensino na área de Biblioteconomia não oferecem formação específica para bibliotecas públicas, que está além de simplesmente conhecimentos técnicos.

As bibliotecas públicas são apontadas por Milanesi como bibliotecas ainda do modelo do século XIX, e que políticas públicas se fazem urgentes para transformar essas bibliotecas em centros de informação e cultura, pois é o que exige o século XXI. O autor afirma que em nível municipal a biblioteca é vista como um acessório prescindível, tendo sua importância minimizada por outras demandas analisadas como prioritárias por governantes.

No início do século XXI, Milanesi (2013, p. 6) aponta que os suportes físicos são superados, o “objeto livro permanecerá como testemunho de um tempo, preservado em espaços com luz, temperatura e umidade controladas. No entanto, para uso, progressivamente os livros deixam de ser objetos físicos e tornam-se digitais.”

As bibliotecas passam a um universo cada vez mais informatizado e virtual, o que facilita a concomitância de normas. Os grandes desafios apontados por Milanesi (2013) é a organização e o direito autoral. Para o autor, a velocidade das evoluções tecnológicas tem sido maior que a aprovação de leis e normas que se aplicam a elas. Ainda assim a Lei 9.610, de 1998, conhecida como a Lei do Direito Autoral, é citada pelo autor como um entrave para as bibliotecas digitais.

Por isso, Milanesi (2013) aponta o impulsionamento de bibliotecas públicas digitais como forma de evitar a evasão das bibliotecas como espaços de pesquisa, em prioridade a pesquisas na internet realizadas por grande parte dos usuários. O acervo da biblioteca pública digital seguiria dois principais critérios: “obras consideradas fundamentais pela importância artística, pelo seu significado histórico, pelo conteúdo

informativo e textos que atendam a demandas locais.”(MILANESI, 2013, p. 8)

A formação do acervo das bibliotecas públicas digitais apresentaria, segundo Milanesi (2013, p.8), o mesmo empecilho atual das “bibliotecas públicas brasileiras raramente segue esses determinantes, uma vez que elas dependem de doações circunstanciais e eventuais aquisições sem critérios claros.” A qualidade do acervo, para o autor, seria o principal critério, e para sua criação pode-se fazer uso de listas básica de textos para bibliotecas públicas. O autor cita exemplos realizados em países como Colômbia, e afirma ser necessário para a criação da lista a consultoria com especialistas dos temas a serem considerados para o acervo.

3.4 Missão da biblioteca pública brasileira

Ranganathan identificou a biblioteca como um organismo em crescimento. A afirmação de Ranganathan se associa ao que Miranda (1978, p. 1) considera a respeito da missão das bibliotecas públicas no Brasil, de que “a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio-ambiente.”. Com essa afirmação, Miranda pretende explicar porque cada biblioteca é uma célula viva e única, construída com o empréstimo da vontade e personalidade daqueles que a organizam.

Cada biblioteca é única em seu objetivo específico, por conta disso, cada biblioteca pode apresentar uma missão. Ainda sim, Miranda (1978) buscou analisar os objetivos gerais das bibliotecas públicas no país. O autor ressalta como os modelos ideais de bibliotecas públicas destoam com a realidade de precariedade brasileira. Assim como Milanesi, o Miranda indica que as bibliotecas municipais acabam por tentar suprir o papel das ausentes bibliotecas escolares, ainda que essa não seja sua missão principal.

Sobre o modelo tradicional de bibliotecas públicas, Miranda (1978, p. 2) ao final dos anos 70 considera uma ideologia que ainda se aplica, em parte, às bibliotecas atuais:

“A ideologia que motiva as nossas bibliotecas é tipicamente de classe média – a mesma dos nossos bibliotecários – e a cultura que elas pretendem divulgar

está mais para os valores universais e perenes (sic) do que para o reconhecimento de nossa própria cultura emergente, do nosso folclore e artes populares. A biblioteca parece querer, muitas vezes, impor um modelo de cultura estranho ao próprio habitat (portanto, alienadamente), em vez de hastear-se na dinâmica mesma dos valores culturais em germinação na comunidade. Talvez por esta razão a biblioteca ainda tem pouco peso e importância na vida cultural de nossos municípios.”

Miranda (1978) destaca alguns objetivos gerais a serem atingidos pelas bibliotecas públicas. O primeiro deles seria promover o idioma nacional, ao favorecer o livro nacional, a literatura brasileira, com a inclusão no acervo de clássicos e os mais diversos pensadores nacionais. O autor resume como obras que são frutos da inteligência nacional, e que exercem a manutenção de uma cultura própria da realidade brasileira. Além da Língua Portuguesa, Miranda (1978, p. 3) considera que as minorias étnicas também tenham livros de seus idiomas de domínio na biblioteca. Dessa forma, Miranda afirma que “a biblioteca pública converte-se em veículo de integração nacional e a leitura, um forte instrumento para a nossa independência cultural.”

O segundo objetivo seria fornecer publicações oficiais a respeito de leis, instituições e serviço, o que atualmente é promovido e está de acordo com a Lei de Acesso a Informação (LAI). O acesso a tais documentos garantiria ser de conhecimento do cidadão seus direitos e deveres, e o incluiria no fluxo das decisões pública para que possa progredir como indivíduo. Alguns documentos de ordem local também poderiam ser inclusas no acervo, em que Miranda (1978, p. 4) cita como exemplo calendário da cidade, horários de ônibus, entre outros. Miranda considera que “trata-se de atendê-lo como um indivíduo, autônomo, independente, e de educá-lo na arte de informar-se.”. O autor ainda ressalta a importância da biblioteca ser útil ao usuário, e somente dessa forma será prestigiada e salvaguardada.

O terceiro objetivo das bibliotecas públicas por Miranda seria fornecer materiais para promover estudantes autodidatas. Além daqueles que fazem parte do programa nacional escolar, o quarto objetivo seria apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados a não alfabetizados. Para Miranda “Num país onde nem todos

adquiriram o direito universal de ler (que amplia a liberdade pessoal), cada não-leitor (analfabeto ou alfabetizado) deve ser a preocupação fundamental da biblioteca.” (MIRANDA, 1978, p.4)

O quinto objetivo destacado por Miranda é o que se relaciona diretamente com o tema da pesquisa presente. Para o autor, as bibliotecas públicas devem ser depositárias do acervo da inteligência e da história local, e afirma que “A biblioteca deve devotar-se à obtenção das obras que representam a cultura e a história da comunidade, do município e seu entorno, solicitando ou comprando livros, folhetos e outros materiais de autores eruditos e populares do lugar. ” (MIRANDA, 1978, p.4)

Quanto ao quinto objetivo, a biblioteca seria também como um espaço de memória local, e Miranda sugere que o acervo seja composto por jornais locais, fotografias, gravações de depoimentos, entre outros. O autor define que essa coleção seria a de maior valia no acervo da biblioteca local, e deve ser preservada para que futuros profissionais e usuários possam dar manutenção e continuidade.

Por último, o sexto objetivo seria o fornecimento de informações técnicas e comerciais, em que reuniria o conhecimento disponível por empresas locais. Ao estender essa ideia, Miranda relembra a importância de a biblioteca fixar em seu mural, em local visível, informações sobre cursos, peças de teatro, ações sociais, esportivas, religiosas, sendo a verdade ponte entre a comunidade e o usuário.

Miranda (1978, p. 5) ressalta as poucas condições que as bibliotecas públicas possuem em serem complexos culturais, com espaço amplo para exposições, apresentações e cineclube. O autor indica que a principal missão do bibliotecário não é a realização do que chama de “tarefas-meio”, como processos e catalogação, mas sim à atenção ao usuário e a circulação do acervo. Conclui que, portanto, “a biblioteca pode oferecer toda sorte de serviços sem, porém, desvirtuar sua missão fundamental de promover o gosto e o hábito da leitura.”

A fim de garantir seu papel local, Miranda (1978, p. 6) defende que as bibliotecas públicas devem “moldar-se às necessidades do município segundo os meios ao seu alcance, e nem mesmo os argumentos da centralização de atividades

recomendada pela “organização em rede” devem inibir as iniciativas dos bibliotecários ou dos encarregados das bibliotecas.” O usuário deve saber que sua presença é bem-vinda, desejada, e convencê-lo através dos serviços e atividades que a biblioteca lhe é necessária.

O Manifesto da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre as bibliotecas públicas, em 1994, considera o acesso à informação um meio indispensável para a cidadania. Princípios como liberdade, prosperidade e desenvolvimento somente são atingidos quando o cidadão está em posse da informação necessária para exercer o seu direito democrático.

O Manifesto declara a biblioteca pública como “porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.” (IFLA; UNESCO, 1994, p.1) O apoio dado à presença das bibliotecas tem como objetivo incentivar autoridades nacionais e locais a investirem no desenvolvimento das mesmas.

A importância de que a biblioteca pública tenha sentido ao local inserido, é indicada na citação “As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação.” (IFLA; UNESCO 1994, p.1) E também declara “Deve ser formulada uma política clara, definindo objetivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local.” (IFLA; UNESCO, 1994, p.3).

Dessa forma, o Manifesto cita algumas diretrizes a serem seguidas pelas bibliotecas públicas, como serviços que atinjam os mais diversos grupos sociais, com base na igualdade de acesso, com inclusão de materiais específicos para minorias linguísticas e pessoas portadoras de deficiências.

Machado, Alberto Junior e Achilles (2014, p.2) afirmam que “no Brasil, o senso comum ainda reduz as funções sociais da biblioteca pública a um mero espaço de armazenamento de livros, acesso à leitura e de apoio à pesquisa escolar” A observação

dos autores busca refletir sobre a função dos bibliotecários como agentes políticos em um novo cenário nacional.

As bibliotecas públicas adquirem diferentes funções sociais de acordo com o seu período histórico. Mueller (1984) elenca algumas dessas funções durante o século XX e XXI, sendo elas: organização dos registros gráficos; preservação dos registros gráficos; difusão da informação e do conhecimento; mediação da leitura e da informação; instituição mantenedora da ordem e do status quo; instituição partícipe do “processo civilizatório”; função educacional; e espaço para a desconstrução da ordem.

Ocorre uma mudança de paradigma de posse, acúmulo, para o paradigma do acesso, como aponta Castells (2000). Nesse contexto, apontam a questão da sociabilidade e do acesso à informação presentes nas bibliotecas públicas a partir do século XX. Os autores indicam que a biblioteca deixa de ser vista e pensada como uma fortaleza, e sim como integrante de uma rede repleta de signos.

A biblioteca pública moderna se faz em um novo modelo, como aponta Machado, Alberto Junior e Achilles (2014, p.4) “a biblioteca pública como espaço cultural e informacional de acesso à leitura, à informação e à pesquisa, como lugares de encontro entre diferentes tipos de informação de saberes e de sujeitos e, também como espaço de produção de cultura e conhecimento.” As políticas públicas nacionais defendem o direito à cultura como de interesse público, e fomenta a manutenção das bibliotecas em governos locais.

O conceito de público aplicado à biblioteca, segundo Keinert (2000, p. 62), está menos ligado ao vínculo com Estado, e mais associado à noção de um espaço criado coletivamente e que possui um valor compartilhado com a sociedade, como um meio pelo qual se exerce a cidadania. Portanto, “as bibliotecas públicas, não são espaços vazios nos quais indivíduos e coisas (registros gráficos do conhecimento, em particular) são alocados para atender a determinadas funções que a elas são atribuídas” (MACHADO; ALBERTO JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 5), mas sim espaços construídos através de diálogos.

Os autores Machado, Alberto Junior e Achilles (2014, p. 6) ressaltam o papel dos profissionais para tornar o espaço da biblioteca em espaço público. Aponta-se a perspectiva do bibliotecário como um profissional humanista que entende e manifesta sua função social. Na história, os autores relatam a participação do bibliotecário, em países como Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra, em causas sociais contra pobreza e analfabetismo, e criação de serviços específicos para minorias.

No Brasil, como parte dessa consciência Machado, Alberto Junior e Achilles (2014, p. 6) apontam a função das bibliotecas públicas como “a promoção da leitura para o público infantil, a oferta de espaço de estudos para o público jovem, além de empréstimo de livros e, em municípios de grande porte, o acesso à internet.” Enquanto funções como preservar a memória, difundir a cultura e estimular à literatura local não possuem destaque e ênfase.

Ainda sim, Machado, Alberto Junior e Achilles (2014) destacam iniciativas recentes de transformação nesse cenário, com a criação das Bibliotecas Parques no Rio de Janeiro, que contempla áreas consideradas de exclusão da cidade, o investimento do governo do Acre na ampliação das bibliotecas estaduais e a Biblioteca de São Paulo na área de revitalização na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru. Os autores também indicam que “municípios de pequeno e médio porte no país, tem investido na ressignificação de suas bibliotecas, transformando-as em verdadeiros espaços de memória, difusão, formação e produção de conhecimento” (2014, p. 7), e que apesar de existir um grande avanço das bibliotecas públicas nos últimos anos, ainda há muito o que percorrer no caminho em direção a uma concepção mais integrada à comunidade.

Assim, ao profissional bibliotecário, além das competências humanas e técnicas exigidas, faz-se necessário um perfil concomitante de agente público e ser político. O bibliotecário, portanto, seria aquele que “articula o trabalho cultural com as demandas de informação da comunidade local, enfrentando as contradições, os conflitos que constituem as histórias daquela coletividade.” (MACHADO; ALBERTO JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 8).

Tal análise do perfil atuante na sociedade do bibliotecário direciona para uma

maior participação local e protagonismo da biblioteca, como aponta Machado, Alberto Junior e Achilles (2014), tendo o papel de mobilizador. Um material de referência para instruir bibliotecárias nessa direção seria *Library advocat's Handbooks*, da American Library Association (ALA), que contém um plano de ação local voltado para bibliotecários mobilizarem a comunidade.

Machado, Alberto Júnior e Achilles (2014, p. 8) falam da importância do papel mobilizador do bibliotecário para fazer com que a população local se aproprie do espaço da biblioteca pública, reconhecendo-a como resultante de uma ação coletiva, e não apenas como um espaço institucionalizado. Os autores recomendam a criação de um Conselho de Biblioteca composto por representantes que sejam usuários da biblioteca, representantes de movimentos sociais e associações de bairro. O trabalho em rede das bibliotecas também é uma maneira de favorecer atividades cooperativo, para favorecer economia de recursos, otimização de acervo e agilização de atendimento.

A preocupação de que a biblioteca seja esse espaço de diálogo com a comunidade tem sido objeto de críticas não apenas na área de Ciência da Informação, como indica Russo e Silva (2013, p. 2) diversos autores “alegam que esta instituição é ineficiente em promover o acesso à informação útil aos cidadãos.” As autoras retomam a origem da palavra biblioteca e seu sentido como “caixa de livro” para se referir a dificuldade ao acesso pela comunidade, em que bibliotecas públicas ainda não se alinharam a práticas participativas e abertas aos usuários.

Diante de um cenário em que o acesso à informação mostra-se como um privilégio a determinados grupos socioeconômicos, a biblioteca demonstra sua importância como espaço de acesso livre. Suaiden (2000, p. 57) traz as diversas e comuns perspectivas a respeito da biblioteca. Para a indústria editorial o objetivo fundamental parece ser a formação de um público leitor, para os educadores a biblioteca seria o alicerce do processo ensino aprendizagem, para os intelectuais a biblioteca deve ser um espaço rico em literatura, enquanto o cidadão comum não vê a biblioteca com um local para auxiliá-lo quanto os problemas cotidianos.

Essa percepção do cidadão comum ocorre porque, segundo Russo e Silva (2012, p. 3), a biblioteca ainda está muito associada exclusivamente a ideia do livro, e a ideia de uma instituição pública que ofereça acesso a produtos e serviços de informação de primeira qualidade para todos ainda não se faz verdadeiramente presente. Ainda sim, as autoras apontam que a biblioteca como instituição sem sido capaz de se reinventar durante o tempo e, dessa forma, garantido sua sobrevivência.

Por isso, pode-se dizer que “uma “verdadeira biblioteca” seria, então, aquela que guarda e desperta memórias individuais e coletivas, que permite o penetrar e as descobertas, mas, simultaneamente, esconde e guarda mistérios a serem desvendados.” (CORSINO; VILELA; TRAVASSOS, 2017, p. 1)

3.4.1 Biblioteca comunitária

As bibliotecas comunitárias, como missão característica das bibliotecas, surgem da necessidade da informação dentro de uma comunidade, em sua maioria, sem acesso a centros de informações e afastadas de investimento público. Ao contrário das bibliotecas públicas que, segundo Machado e Vergueiro (2010), são criadas pela administração pública e com vinculação direta a um município, estado ou federação, as bibliotecas comunitárias nascem pela iniciativa de um morador ou cidadão muito próximo à comunidade, e objetiva construir um acervo com acesso totalmente gratuito.

Coelho e Bortolin (2017) ressaltam a biblioteca comunitária como uma forma de apropriação da literatura e empoderamento do ser social, e citam Barbosa (2009, p.80) ao defender a leitura como uma ação libertadora de emoções e mentes. Um caminho de elevação dos homens e “melhoria das condições espirituais da Humanidade, pelo resgate, por meio da estética, de valores da alteridade, da diferença e da tolerância”.

A apropriação da literatura, quanto à biblioteca, é discutida por Coelho e Bortolin (2017) como uma consequência da sensação de pertencimento que o indivíduo adquire ao reconhecer seu direito em explorar a biblioteca e de ter acesso às informações dispostas. A biblioteca comunitária consegue fazer brotar esse sentimento em indivíduos que vivem afastados fisicamente e socialmente de centro científicos e de

eruditos. A criação da biblioteca comunitária acaba por ser uma discordância da comunidade local perante o Estado que não considera a região como atrativa ao investimento público em acesso à literatura.

O acesso à informação passa a ser notado com uma ferramenta de transformação social. Ainda assim Machado e Vergueiro (2010) apontam que o valor participativo da sociedade brasileira em bibliotecas públicas é muito tímido. O acesso às bibliotecas públicas é garantido por lei, mas o que autores questionam é a quase ausente prática participativa e legitimidade por parte da sociedade, e como tais ausências podem servir como sentenças de esquecimento ou mesmo de sobrevivência das bibliotecas.

O atraso do processo comunicativo entre a sociedade brasileira e as bibliotecas é consequência de uma estruturação burocrática que, segundo Bourdieu (2005), é o reflexo de uma sociedade “que cria mecanismos que asseguram a reprodução do espaço social como ele é e dificulta a implementação de ações transformadoras.”

3.5 Políticas públicas para cultura e bibliotecas no Brasil

A palavra Estado tem origem no latim *status* com o significado de “estar firme”. Em termos políticos, foi utilizada pela primeira vez por Maquiavel em sua obra *O Príncipe*, em 1513. Presente nas sociedades políticas, o Estado é a instituição criada por estas para conduzir a administração da sociedade e a forma de convivência dos seus integrantes.

Duas correntes explicam a existência e formação do Estado: a tese naturalista e a tese contratualista. A tese naturalista tem seu fundamento no pensamento de Aristóteles, segundo o qual o homem é naturalmente um animal político. Seguindo a mesma linha de pensamento, Dallari (2010, p. 10) concebe a sociedade como o produto da conjunção de um simples impulso associativo natural e da cooperação da vontade humana.

Por outro lado, a tese contratualista propõe que há uma vontade e um pacto dos homens para o convívio dos indivíduos em sociedade. O principal defensor de uma organização racional foi Platão, em *A República*. Mas a tese contratualista é expressamente organizada e defendida por Thomas Hobbes em suas obras, com

destaque para o Leviatã (1651). Para existência do Estado, segundo esses pensadores, o poder do governante não deve sofrer limitações, a relação estabelecida é a relação soberano/súdito, hoje fundada na tríade: Estado, Governo e Cidadão.

Em 1967 Weber já afirmava que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Ainda para Weber, o Estado legitima seu poder de três formas: dominação tradicional, dominação carismática e dominação racional-legal. A administração pública engloba órgãos específicos para a formulação, execução e fiscalização de políticas públicas.

As políticas públicas, em termos resumidos, são as medidas que os governos adotam para sanar determinado problema social; é um conjunto de ações do governo que irá produzir efeitos específicos. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Apesar de complexa, a elaboração de políticas públicas deve ser construída com mecanismos democráticos e a presença dos diversos instrumentos de participação social, como: reuniões, conselhos, fóruns, audiências públicas, orçamento participativo etc. As políticas públicas são a materialização de direitos que estão dispostos na Constituição de um país.

Para o setor cultural, existem instituições especializadas e responsáveis pelo desenvolvimento. As principais são: governo federal, estadual e municipal. No Governo Federal o órgão responsável é o Ministério da Cultura (Minc) contando com a colaboração das fundações vinculadas (Fundação Nacional das Artes – Funarte, Fundação da Biblioteca Nacional – FNB, Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, Fundação Palmares – FP), a Agência Nacional de Cinema (Ancine), bem como órgãos que subsidiam o Minc, tais como IBGE, IPEA, entre outros.

O termo Cultura possui muitas definições. Tylor (1817 apud Laraia, 2006, p.25) define-a como “todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis,

costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Compreende-se cultura como os recursos simbólicos que dão sentido a uma sociedade e torna público e tangível o imaginário social.

Nesse sentido, as políticas culturais de um país devem a só tempo preservar e valorizar o conjunto de valores e práticas sociais que constituem a cultura de um povo bem como incentivar a sua expansão e renovação. Segundo Canclini (2003), uma política cultural tende a incluir intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e grupos comunitários organizados, e tem como finalidade orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e favorecer a transformação social. Bólan (2006) aponta que a política cultural ocorre “pela articulação de todos os agentes que intervêm no campo cultural, isso é o setor público e o privado; o Estado e os diferentes agentes da cultura; do setor artístico e também da ciência e tecnologia”.

Atribui-se ao surgimento das políticas culturais no Brasil a intensiva e continuada participação do país nas principais organizações internacionais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

As políticas públicas ganharam protagonismo, autonomia e credibilidade científica a partir dos anos 1930, nos Estados Unidos da América e na Europa. Um breve histórico do surgimento das políticas públicas de cultura no Brasil inicia-se nos anos 30 com o processo de urbanização do país, que como consequência fomentou maior número de salas de cinema, a popularização do rádio, da cultura de massa e da música popular. Na década de 30 surgem também institutos em prol do desenvolvimento e da preservação cultural, como o Instituto Nacional do Livro, o Conselho Nacional de Cultura, entre outros. Um dos grandes destaques foi a criação do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, chefiado por Mário de Andrade. Neste período vivenciou-se um grande movimento de incentivo a iniciativas artísticas de todos os tipos, na música, no teatro, no cinema, e houve atenção especial a criação e gestão de bibliotecas públicas que levassem cultura para todas as camadas da sociedade.

Com o golpe militar de 1964 diversos programas e projetos culturais existentes

foram extintos ou retirados da lista de prioridade do governo. Com objetivo de manter o controle e atuar sobre uma possível proposta de construção de uma identidade nacional, foi criado em 1966 o Conselho Federal de Cultura, que dentre outras iniciativas trabalhou para a criação de conselhos estaduais de cultura, e como fruto gerou as Casas de Cultura. Em 1973 foi apresentado o Plano de Ação Cultural composto por ações do Estado em diversas áreas, tais como: patrimônio, apresentações artísticas e capacitação de pessoal.

No entanto, o principal Marco Legal do setor cultural é a Constituição de 1988. Segundo Costin (2010, p. 231) “o espírito da época era celebrar a liberdade, assegurar os direitos políticos e sociais aos cidadãos, descentralizar as políticas públicas e acabar com o autoritarismo”. A Constituição de 1988 trazia originalmente apenas dois artigos ligados à cultura, o 215 e o 216, além dos próprios dispositivos também aplicados à área cultural. Os demais instrumentos de base foram estabelecidos por leis infraconstitucionais, tais como a criação do Ministério da Cultura e outras instituições gestoras, o Programa Nacional de Apoio à Cultura, entre outros.

Mas em 1990 Collor de Melo extingue o Ministério da Cultura transformando-o em uma Secretaria de Cultura ligada à Presidência da República. Foram extintos também outros órgãos como a Funarte e a Embrafilme. Em seu lugar o governo propôs a criação da Lei de Incentivo, a famosa Lei Rouanet, propondo a maior participação da iniciativa privada no financiamento à cultura, utilizando mecanismos de renúncia fiscal. No Governo FHC a condução da política ficou a cargo das leis de incentivo. No governo Lula, Gilberto Gil, implementa o olhar antropológico. O marco desta filosofia foi dado pelo Programa Cultura Viva, o Projeto Pontos de Cultura e a distribuição de recursos através de editais, tentando democratizar o acesso dos agentes culturais aos meios de financiamento público.

Atualmente, no país, as ações artísticas são financiadas com recursos públicos provenientes do orçamento direto, dos fundos de cultura ou da renúncia fiscal. A importante participação democrática no processo do orçamento acaba por se concentrar principalmente nas eleições e na escolha de seus representantes.

As políticas públicas para a cultura podem ser financiadas principalmente por

quatro meios: 1. orçamento direto, que é o montante de recursos previstos no orçamento para a administração pública realizar os programas e as ações de sua responsabilidade, que estão disponíveis ao secretário municipal de Cultura, ao secretário de Estado ou ao ministro da Cultura; 2. editais, em que a administração pública realizará uma licitação, na modalidade concurso, e selecionará as melhores propostas, de acordo com os critérios preestabelecidos; 3. fundos, que são mecanismos do patrimônio financeiro de um ente público, seja em nível federal, estadual ou municipal, mas exigem objetivos previamente delimitados e específicos, normas peculiares para a utilização de seus recursos, como exemplo o Fundo Nacional de Cultura; 4. as leis de Incentivo, baseadas na renúncia fiscal.

Segundo Machado (2010) o Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado no período de setembro a novembro de 2009 e publicado em 2010, evidenciou o aspecto uniformizador, centralizador e tecnocrático para bibliotecas. As bibliotecas públicas brasileiras apresentam poucos recursos para renovação de acervo, atualização tecnológica e aperfeiçoamento de seus profissionais.

O primeiro passo para a criação de políticas públicas adequadas as bibliotecas seria conhecer as suas mazelas e necessidades. No entanto, Machado (2010) aponta que o país investe muito pouco em avaliações e diagnósticos das realidades dessas instituições. O Ministério da Cultura (MinC) firmou, em 2004, convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que obtivesse o Sistema de Informação e Indicadores Culturais (Sniic).

Machado (2010) indica que por muito tempo a única fonte de análise das bibliotecas públicas era o cadastro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) o qual disponibiliza a relação de bibliotecas públicas conveniadas ao órgão. Nesse contexto, a autora indica, também, a necessidade de desenvolver análises sobre políticas públicas para bibliotecas.

As bibliotecas estão vinculadas à área da Cultura, e Machado (2010) indica que as políticas culturais buscam o fortalecimento das bibliotecas junto à administração pública, perante as leis e regulamentos. Essa sinalização parece relevante por conta de um senso comum de que a biblioteca está associada estritamente a área da Educação, o

que Machado (2010) considera ser também uma forte consequência da escassez de bibliotecas escolas.

Através de iniciativas como leis, decretos, programa e projetos, as políticas públicas culturais têm como objetivo “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 2004, p. 293).

Três fases das políticas públicas são trazidas por Machado (2010, p. 5): a formulação, a implementação e a avaliação. A autora ressalta a importância de um processo participativo na fase de formulação, que promova o equilíbrio entre as forças de seus autores envolvidos, pois a característica brasileira é de um país em que “as políticas são geradas e implantadas em um ambiente marcado por uma grande desigualdade de poder, de capacidade de influência e de controle de recursos entre os diversos atores sociais”. (COSTA; DAGNINO, 2008, p. 135 apud MACHADO, 2010, p. 98).

Machado (2010) recorda que em 1993 surge o programa “Uma Biblioteca em Cada Município” que tinha o objetivo de implantar bibliotecas pelo país, ao distribuir estante, livros e instruir tecnicamente os funcionários. Esse programa é apontado pela autora como tradicionalista, centralizado e tecnocrático.

Em 1992, destaca-se a criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) com impacto na área de bibliotecas através do desenvolvimento de cursos de formação para agentes de leitura e bibliotecários de redes públicas.

A abertura do Estado para debates e a possibilidade de participação da sociedade na construção das políticas públicas, como afirma Machado, se faz presente somente a partir de 2003. Em 2005, como consequência dessa mudança, cria-se o “sistema Federal de Cultura, com o objetivo de integrar os órgãos, programas e ações do governo federal e, pela primeira vez na história, temos uma Proposta de Plano Nacional de Cultura” (MACHADO, 2010, p. 5), que estabelece diretrizes para os próximos dez anos quanto as políticas públicas culturais brasileiras.

Ainda sim, Machado (2010) ressalta que tal mudança se fez presente mais em um nível federal do que em nível local, em que a cultura permanece sem receber seu

devido valor, com pouca presença de secretarias de cultura e de conselhos municipais de cultura nos municípios. O papel adotado pelo Ministério da Cultura se constituiu ainda na última década marcada por poucos recursos e estrutura organizacional insuficiente diante da diversidade brasileira.

Na esfera local aponta-se a criação do “Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, o qual, por sua vez, tem por meta articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas Municipais.” (MACHADO, 2010, p. 7). Enquanto isso, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) se responsabiliza pelo programa Livro Aberto, em prol da criação de bibliotecas em municípios em que é inexistente, pelo cadastro de bibliotecas públicas e assessoria para bibliotecas. A iniciativa da SNBP é considerada pela autora como importante e inovadora para unir ramificações nacionais. Porém, critica sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) como um impedimento para sua plena atividade e autonomia.

Informação pública, segundo Batista (2010, p.40), é um bem público tangível ou intangível que está em poder de instituições públicas, e configura em patrimônio cultural. Ela pode ter a forma gráfica, sonora ou iconográfica, pode ser produzida ou não pela administração pública, porém ter seu status como não sigiloso para que esteja disponível ao interesse da sociedade.

A Constituição Federal de 1988 declara o direito à informação pela sociedade, após o período de retomada da democracia no Brasil. Jardim diz que se trata de “um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas.” (2012, p.2). A transparência e a maior participação do cidadão nas políticas de acesso à informação ganham importância na agenda política.

Jardim (1999) esclarece que a garantia do acesso físico ao documento público não se consolida caso o cidadão não esteja na condição intelectual de consumir tal informação. Entre as dimensões lembradas por Batista (2010) como problemáticas ao acesso à informação, destaca-se a dimensão comunicacional, em que se critica a ineficácia do fluxo informacional entre o Estado e a sociedade. Quanto a dimensão física, a autora se fixa na organização, e afirma “O excesso de informação

desorganizada, tanto no meio eletrônico como no impresso, inviabiliza o acesso físico. Por outro lado, a falta de informação disponível ou organizada também é empecilho para seu acesso físico.” (BATISTA, 2010, p. 3).

A Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, segundo Guedes (2014), assegura ao cidadão o direito de acesso à informação produzida no âmbito de órgãos e entidades das esferas públicas, garante à transparência da informação, e reforça a importância da mesma para o desenvolvimento social. Jardim (2012) indica que somente após duas décadas de mobilização da sociedade civil o Brasil estabeleceu uma lei para o acesso à informação, enquanto em mesmo período mais de 90 países já possuíam legislação semelhante.

Jardim (2012) aponta que “o cidadão está no epicentro da LAI. A sua lógica político-jurídica é a garantia de acesso à informação ao cidadão pelo Estado.” (2012, p. 7). A LAI contempla o poder Executivo, Legislativo, Tribunais de Contas, Ministérios Públicos, entre outros, além de se aplicar a entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos público, como indica Jardim (2012).

Guedes (2014) ressalta que para usufruir desse bem de direito de todos, é necessário estabelecer critérios de qualidade da informação e dos serviços de informação, e que de acordo com a Lei 12.527 (BRASIL, 2011b), a qualidade pode ser reconhecida pela disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade da informação.

Na aplicação da LAI às bibliotecas públicas Milanesi (2013) destaca o artigo 9º:

“O acesso a informações públicas será assegurado mediante: I – criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e II – realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.”

Jardim (2012) descreve o conturbado caminho legislativo brasileiro em prol da transparência das informações governamentais, e o que chama de típico “segredismo” do Estado brasileiro. Essa prática se esconde atrás de desculpas como mau uso da informação, acabam por ser consideradas como propriedade de uma administração específica. Além disso, o Jardim também ressalta que o cenário informacional atual do Estado brasileiro é incoerente as demandas da LAI.

4. A LITERATURA INDEPENDENTE EM ACERVOS

4.1 Bibliotecas pesquisadas

Neste capítulo seguem breves apresentações das bibliotecas em que foram coletados dados e realizadas visitas. Também apresenta falas de funcionários a respeito do acervo, dos serviços oferecidos e suas opiniões sobre a literatura independente.

4.1.1 Biblioteca Machado de Assis – Botafogo

Criada em 1956, a Biblioteca Machado de Assis recebe cerca de 1.800 visitantes e realiza cerca de 360 empréstimos por mês, além de oferecer diversos cursos e oficinas a comunidade. A visita foi guiada pela professora e secretária da Biblioteca, que atua no local há cerca de 30 anos.

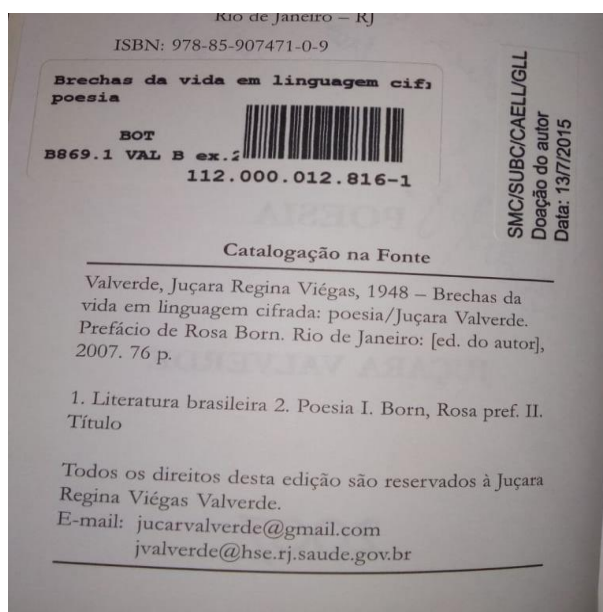
A Biblioteca hoje está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, no entanto, a professora informa que para atender à exigência da Lei 12.244 de que as escolas brasileiras possuam uma biblioteca para atender os alunos, algumas bibliotecas municipais foram vinculadas a Secretaria Municipal de Educação e receberam a caracterização de biblioteca escolar.

Para compra de acervo, equipamentos e promoção das oficinas, a professora aponta o apoio da Associação de Amigos da Biblioteca de Botafogo (AABB) como essencial. O fomento do acervo e, inclusive, equipamentos de segurança são conquistados com apoio da Associação.

A doação de livros por moradores é muito comum, diz a professora. Muitos compram livros, leem uma vez, e entregam como doação na Biblioteca. O espaço da Biblioteca também está aberto para realização de lançamento de livros e dia de autógrafos, como ocorreu no final de 2018 com alunos da Escola Municipal Anne Frank que autografaram seus livros realizados na escola em parceria com a plataforma pedagógica Estante Mágica.

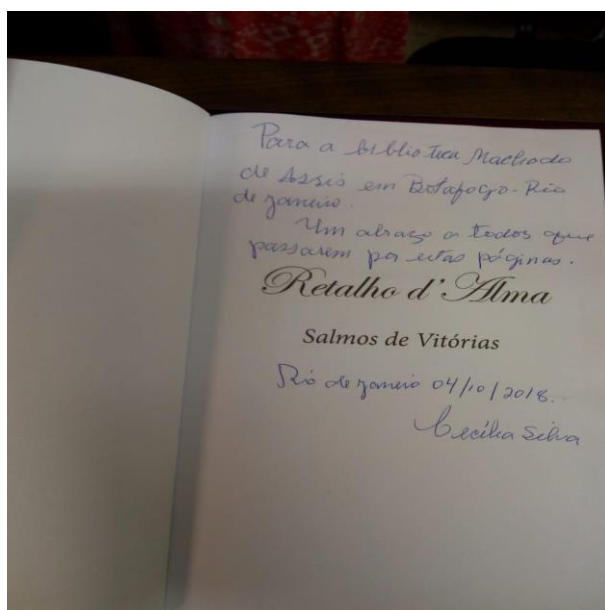
Ainda que a Biblioteca ofereça cursos com valor mais acessível a comunidade, como cursos de idiomas, informática, a professora indica que atrair leitores e despertar o interesse pela leitura ainda é o principal objetivo do espaço. A Biblioteca conta com livros de literatura independente, alguns são produções, inclusive, de pessoas atuantes na biblioteca, como na atividade de contação de histórias.

Figura 3 - Ficha catalográfica que indica todos os direitos ao autor.



Fonte: A autora (2019).

Figura 4 - Livro autografado e doado à Biblioteca.



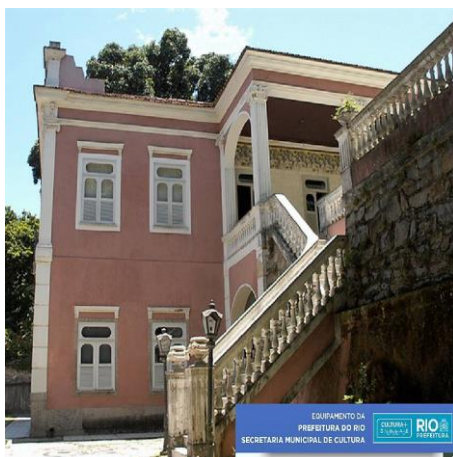
Fonte: A autora (2019).

A respeito da presença de literatura independente em bibliotecas públicas, a professora afirma que a biblioteca “É a casa da literatura independente!”, e que sua presença nos acervos pode aproximar a comunidade a memória do bairro, por isso, a Biblioteca está aberta para lançamento e recebimento.

4.1.2 Biblioteca Municipal José de Alencar

Localizada no bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro, foi criada em 1971, e está instalada no interior do Centro Cultural Laurinda Santos Lobo. A Biblioteca recebe cerca de 500 usuários por mês, e realiza cerca de 70 empréstimos mensalmente.

Figura 5 - Fachada da Biblioteca.



Fonte: <https://www.facebook.com/BibliotecadeSantaTeresa/>

O espaço da Biblioteca é receptivo para lançamentos de livros, e promove oficinas, contação de histórias e saraus de poesia. Sobre a presença de literatura independente em bibliotecas públicas, o bibliotecário afirma ter “vital importância, sendo importante para divulgação da autoridade e do assunto tratado na obra! Um tipo de literatura peculiar e que merece ser ofertada para consulta, leitura e empréstimo domiciliar.”

4.1.3 Biblioteca Comunitária José Vieira Filho

Fundada em 2012, a Biblioteca está inserida na associação sem fins lucrativos VIDA FELIZ - Associação de Atendimento, Apoio, Valorização e Orientação à Terceira Idade. A Associação tem como objetivo desenvolver atividades físicas, culturais, lúdicas, recreativas e educacionais que supram lacunas de uma zona rural que não oferece espaços de lazer e convivência a comunidade.

A Biblioteca localiza-se em Ilha de Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro, recebe cerca de 900 usuários por mês e realiza cerca de 96 empréstimos mensais. Aponta que possui em seu acervo 2.500 títulos catalogados e aproximadamente 4 mil por catalogar.

Figura 6 - Parte do acervo da Biblioteca



Fonte: <https://www.facebook.com/BCjvf2015/>

A respeito da presença de literatura independente no acervo de bibliotecas pública, afirma concordar plenamente com sua importância, e para Biblioteca em questão, vê como uma oportunidade para a cultura da região e registro de autores independentes.

4.1.4 Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus

Criada por moradores da comunidade da Chácara do Céu, no bairro da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, a Biblioteca homenageia em seu nome a escritora brasileira Carolina de Jesus, que retratou em sua obra mais reconhecida “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” o dia a dia de comunidades à margem da sociedade em São Paulo.

A Biblioteca recebe cerca de 200 usuários por mês e realiza cerca de 300 empréstimos mensais. O objetivo é impactar diretamente no hábito de leitura dos moradores, sobretudo crianças, sendo um espaço também para apoio do aprendizado escolar e atividades culturais.

Figura 7 - Contação de histórias na Biblioteca.



Fonte: <https://www.facebook.com/bibliotecacmj/>

Sobre a presença de literatura independente em bibliotecas públicas, o voluntário afirma que a presença de todo o tipo de literatura é positiva, e acredita que a falta de recursos para aquisição de tais obras seja um fator que dificulta a presença das mesmas no acervo da Biblioteca.

4.1.5 Biblioteca Parque Manguinhos Marielle Franco

Algumas bibliotecas parques do Rio de Janeiro estão localizadas em comunidades que produzem conhecimento por ONGs locais, moradores, associados.

Sendo hoje um exemplo do que há de mais inovador em modelos de bibliotecas, buscase nos conceitos entender se a biblioteca parque possui, por definição, espaço ou não para abrigar literatura independente.

A Biblioteca Parque chega ao Brasil como um modelo construído na Biblioteca Parque España, na região de Santo Domingo, na comunidade Medellín, na Colômbia, região essa marcada pela violência. A Biblioteca Parque de Manguinhos surge com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e “traduz a política pública de investir na qualidade de vida da população fornecendo-lhes, juntamente com moradia, escola e serviço de saúde, também o acesso à informação.” (RUSSO; SILVA, 2012, p. 7).

Resultado da parceria entre Ministério da Cultura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Biblioteca Parque de Manguinhos foi inaugurada em 29 de abril de 2010. O espaço da biblioteca, no modelo da Biblioteca Parque, é pensado com o conceito de um centro cultural.

A Biblioteca Parque de Manguinhos, como é popularmente conhecida, reabriu em Abril de 2018, como afirma a coordenadora que contou sobre a história e movimentação da Biblioteca. Desde que reabriu até o mês da pesquisa, Julho do mesmo ano, funcionava sem sistema de rede e sem atual política de coleções, porém o empréstimo à comunidade estava sendo realizado normalmente. Quanto ao quadro de funcionários, a coordenadora cita que a diretora geral da Biblioteca era advinda de Manguinhos.

Diferente da visão externa que, muitas vezes, exime a construção da UPP de incongruências, a coordenadora aponta como a construção afetou a memória do espaço pela comunidade, desarticulando ruas, e mesmo tendo a retirada de grades de ferro que auxiliavam deficientes visuais a percorrerem o caminho da praça que hoje abriga a Biblioteca. Essas mudanças são indicadas, por ela, com feitas com pouco diálogo com a comunidade.

Preocupada com esse olhar pela memória da comunidade, e presente desde o início da inauguração da Biblioteca, a coordenadora criou o projeto Sala de Manguinhos, que se trata de uma sala da Biblioteca reservada para receber e preservar literatura e audiovisual produzidos sobre a comunidade.

Figura 8 - Títulos da coleção sobre Manguinhos.



Fonte: A autora (2018).

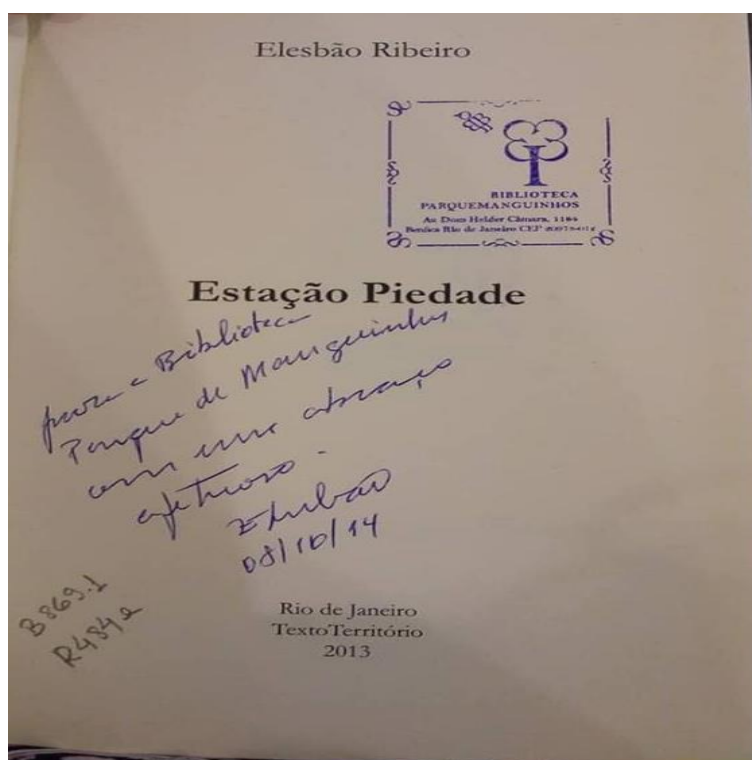
Um dos exemplos relacionados a memória da comunidade são os cordéis da edição Memória de Manguinhos em Cordel, que traz as lembranças reunidas sobre a história de vida de moradores populares na comunidade.

Além das publicações, a coordenadora também atua para que a Biblioteca acolha e incentive o Sarau de Manguinhos. Também ressalta o funcionamento do Cine em três vertentes: comercial, sessões pedagógicas em parceria com escolas trabalhando de acordo com o conteúdo escolar, e exibição de filmes do território. A exibição no Cine de filmes sobre o território é uma forma de integrar ainda mais a Biblioteca a comunidade. Por questões autorais, os filmes sobre o território dificilmente ficam disponíveis no acervo.

Outra iniciativa de importante diferencial para a produção de literatura de Manguinhos foi a editora independente TextoTerritório. Sendo uma criação da

coordenadora através desta editora já houve a publicação de uma antologia com 10 poetas da comunidade.

Figura 9 - Livro publicado pela editora independente TextoTerritório.

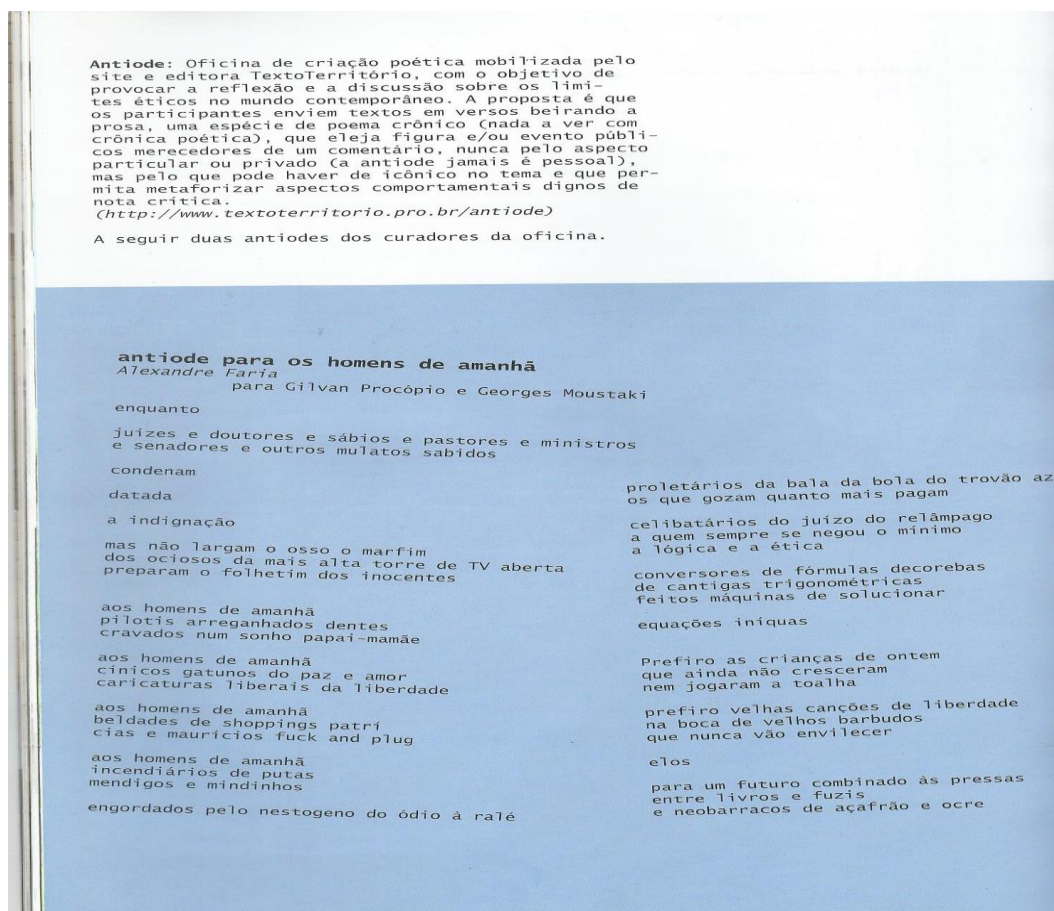


Fonte: A autora (2018).

A Biblioteca abriga obras de acervo geral, literatura infantil e infanto juvenil, romances, obras de referências, ciências sociais, livros em Braille, entre outros. Também abriga exemplares de literaturas publicadas pela TextoTerritório, por editoras independentes ou publicações totalmente independentes de autores.

A editora TextoTerritório também colabora com a revista Setor X, que se apresenta como “laboratórios editoriais nas áreas de texto, fotografia e design. Enquanto ensinamos, e colaboramos com a formação de alunos nessas áreas, trabalhamos, de forma participativa e coletiva, na edição de uma revista impressa”.

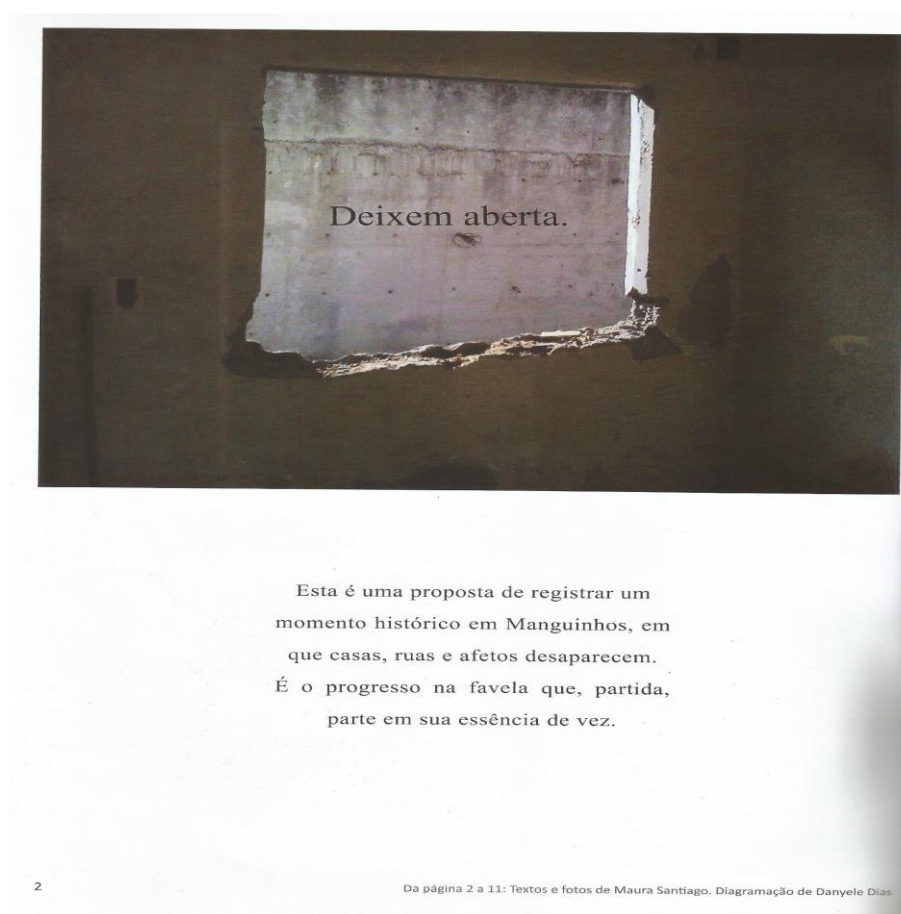
Figura 10- Poema publicado na revista Setor X



Fonte: A autora (2018).

A revista Setor X é produzida com a colaboração de alunos dos laboratórios editoriais em que se exploram técnicas de ilustração, fanzines, com conteúdo que expressa e dialoga diretamente com o território. Segundo a proposta do projeto, o Setor X tem como ideia fundamental é a de que não há periferia e sim epicentros culturais.

Figura 11- Fotos registram Manguinhos na revista Setor X.



Fonte: A autora (2018).

Uma curiosidade relatada pela coordenadora é que a literatura sobre Manguinhos e produzida por Manguinhos, quando exposta nas prateleiras que são de livre acesso ao usuário, costumam ser emprestados e não devolvidos. O que pode ser entendido como um valor atribuído ao livro por aquele que o leva emprestado, que por motivos apenas imaginados, como compartilhamento ou mesmo guarda de memória, ficam como suspeita de motivação.

Sobre a presença de literatura independente nos acervos de bibliotecas públicas a coordenadora afirma que “acho que tudo é literatura. As bolhas literárias acadêmicas que gostam de classificar e separar essa produção literária como uma literatura menor. “

Além disso, na Biblioteca em que atua acredita ser importantíssima a presença desse tipo de literatura, e que exista uma conexão a literatura independente e a literatura publicada por grandes editoras.

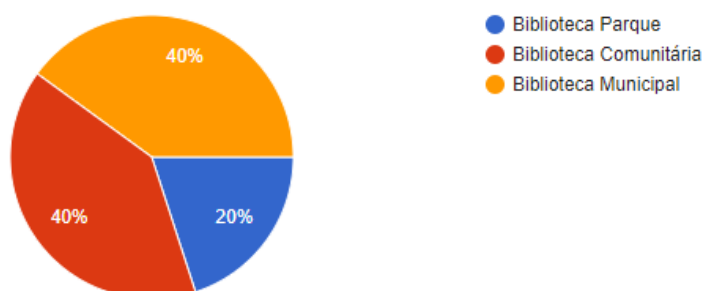
4.2 Resultados do questionário

Os gráficos abaixo foram retirados dos resultados das respostas ao questionário aplicado as bibliotecas públicas. Foram recebidas respostas de cinco bibliotecas: duas bibliotecas comunitárias, duas bibliotecas municipais e uma biblioteca parque, todas localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 1 - Tipo de Instituição.

Tipo de Instituição

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

O objetivo da compilação dos dados a seguir é compará-los para que seja possível entender o funcionamento e fluxos da biblioteca, e realizar um elo entre a presença ou ausência de literatura independente em seu acervo. O questionário foi composto, também, de perguntas discursivas que foram exploradas no capítulo anterior,

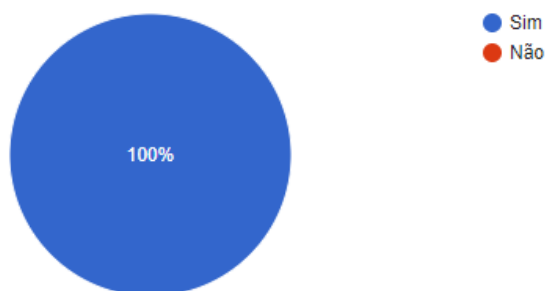
na breve apresentação das bibliotecas que colaboraram, de forma que neste capítulo as respostas múltipla escolhas serão predominantemente analisadas.

Algumas das opções múltipla escolha permitiram a marcação por mais de uma opção, além da possibilidade de inserir informações não listadas em opção indicada como “outros”.

Gráfico 2 - Autorização para utilização dos dados.

Autorização para publicação e/ou utilização dos dados para pesquisas acadêmicas:

5 respostas



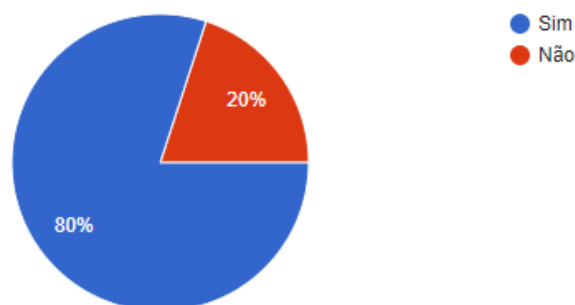
Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

Todas as bibliotecas concordaram em ter os dados respondidos de forma voluntária como parte dessa pesquisa acadêmica, e tiveram acesso a breve resumo da pesquisa em cabeçalho inserido no questionário, assim como dados da aluna responsável e da instituição vinculada.

Gráfico 3 - Empréstimo domiciliar.

Esta biblioteca faz empréstimo domiciliar?

5 respostas

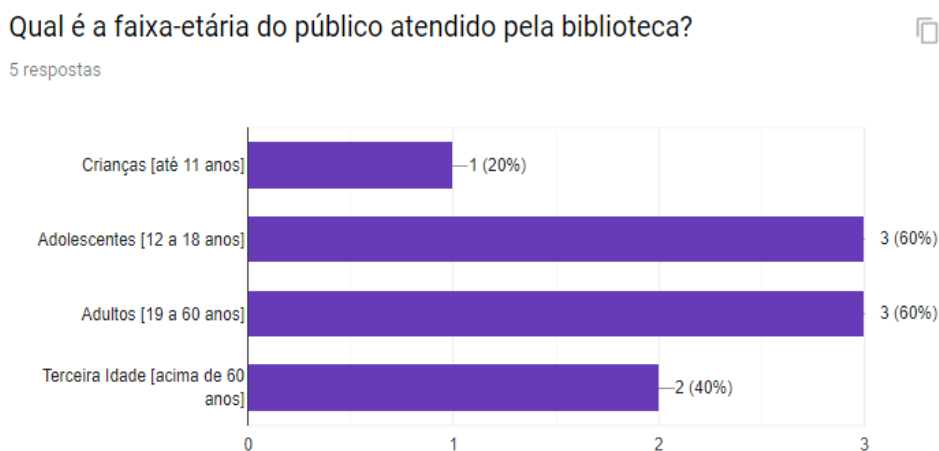


Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

Somente a Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus indicou não realizar empréstimos. A biblioteca pode ainda não ter um sistema organizado de empréstimos, assim como meio de garantir a preservação do acervo para todos.

Ainda sim, as respostas indicam que o papel dessas bibliotecas tem se mantido como espaço para fomento e promoção da leitura, ofertando ao usuário a oportunidade de usufruir do acervo gratuitamente.

Gráfico 4 - Faixa etária dos usuários



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

A Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus tem seu foco de atendimento às crianças da comunidade. Essa resposta permitia que o questionado optasse pela marcação de mais de uma das opções, portanto, entende-se que a biblioteca citada atende somente ao público infantil.

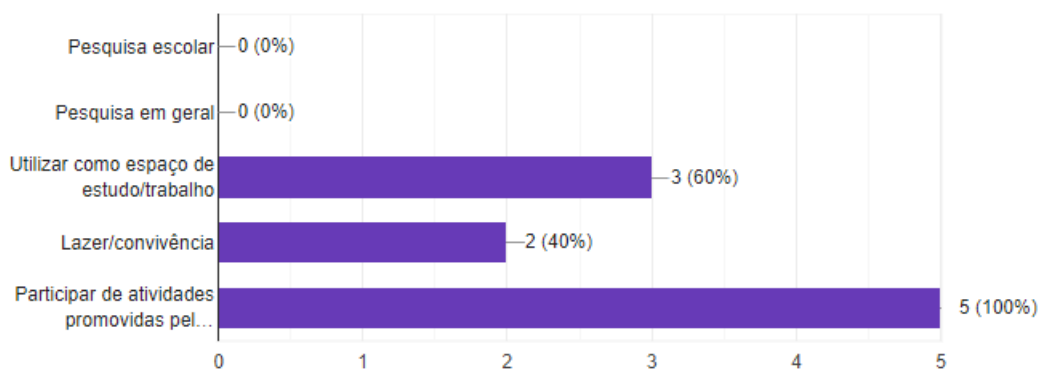
A Biblioteca Machado de Assis – Botafogo, que indica maior presença de adultos e terceira idade, aponta a evasão dos jovens pela substituição da prática de pesquisa escolar pelo acesso à internet e ao computador em domicílios e locais diversos. A professora, que atua no local há cerca de 30 anos, indica que antes da popularização da internet as bibliotecas municipais recebiam as presenças maçantes de crianças e jovens para realização de trabalhos escolares e pesquisas.

Apesar de estar localizada em uma Associação de atendimento a terceira idade, a Biblioteca Comunitária José Vieira Filho indica também a presença de adolescentes e adultos, o que pode ser consequência da afirmação da proposta de criação da Associação e da biblioteca em uma região escassa de entretenimento e espaço de convivência, mostrando, assim, o impacto positivo dessa biblioteca no local.

Gráfico 5 - Como o espaço é utilizado.

Quando as pessoas vêm a esta biblioteca geralmente é mais para:

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

Esta pergunta também permitia a marcação de mais de uma opção. Todas as bibliotecas marcaram a opção de participação de atividades promovidas pela biblioteca, como oficinas e cursos, o que indica ser essa a predominância de atração de usuários à biblioteca.

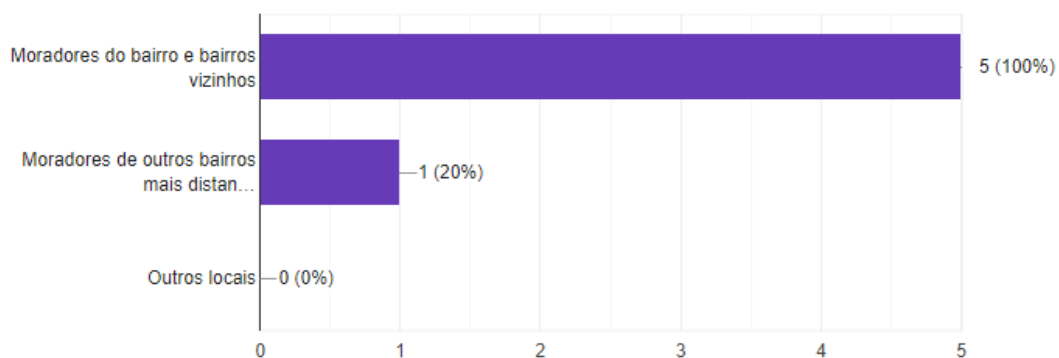
A Biblioteca Comunitária José Vieira Filho indica a presença do lazer e convivência como parte atrativa da biblioteca, assim como a Biblioteca Machado de Assis – Botafogo, por ser um espaço que oferece cursos continuados, e cria elos entre os usuários.

As bibliotecas municipais indicam, ainda sim, a presença de uso do espaço para estudo e trabalho, e assim também indica a Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus que está voltada ao auxílio escolar.

Gráfico 6 - Perfil dos usuários.

Os usuários em sua maioria são de qual região?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

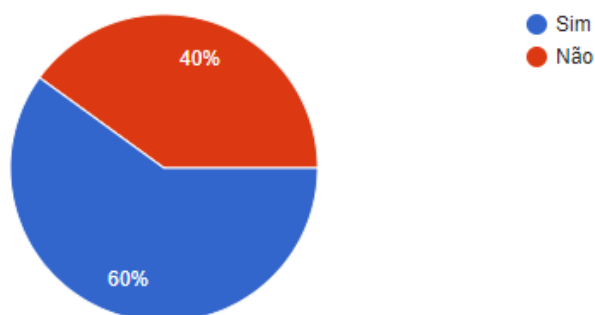
Somente a Biblioteca Machado de Assis - Botafogo indicou a presença de usuários de bairros mais distantes. Uma das justificativas seria o fácil acesso através do metrô, e pela região possuir empresas e faculdades próximas, de forma que pessoas de outros bairros acessam o local com frequência.

Outra hipótese para atratividade desses usuários de bairros distantes é a ausência de biblioteca municipal próximo à residência.

Gráfico 7 - Documento formalizado sobre seleção.

A biblioteca possui um documento formalizado com critérios de seleção do acervo?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

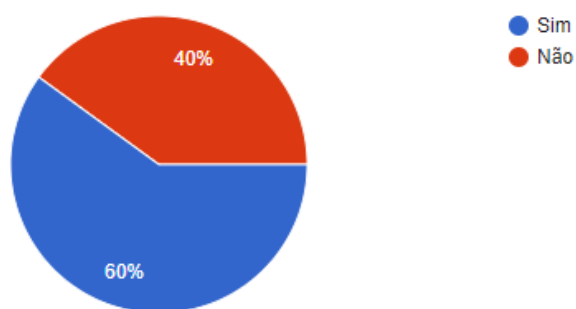
Na pergunta acima as duas bibliotecas municipais indicam a ausência desse documento, e uma delas aponta que ele está em processo de construção com bibliotecários da rede municipal. Apesar de indicar que há autonomia, pois a biblioteca consegue adaptar o documento para sua realidade, essa etapa se apresenta como burocrática.

O mesmo parece não ocorrer com as bibliotecas comunitárias, ao contrário do que poderia supor, pois no primeiro momento imagina-se um acervo composto em sua maioria por doações. Ainda assim, os critérios estão definidos nessas bibliotecas, conforme indicaram no questionário, não sendo meros depósitos.

Gráfico 8 - Pesquisa sobre estudo de usuários.

A biblioteca faz uso de estudo de usuário para estabelecer o processo de seleção?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

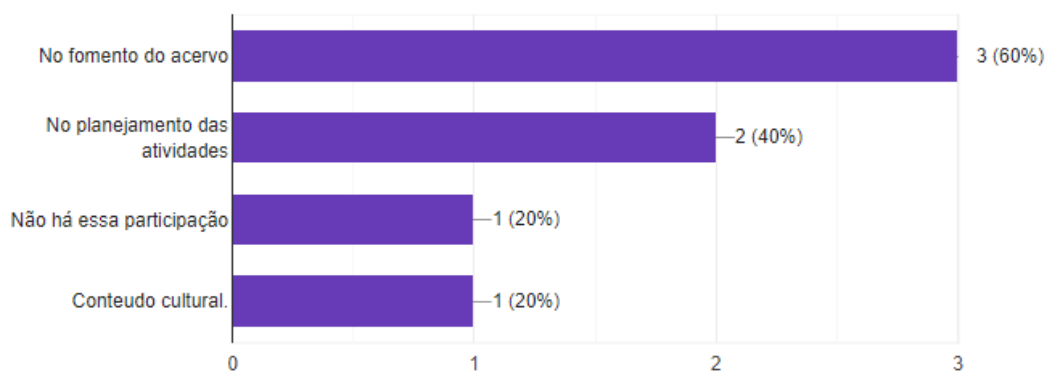
Uma biblioteca comunitária e uma biblioteca municipal indicaram não realizar o estudo de usuários. O que demonstra que mesmo que a biblioteca comunitária tenha indicado a presença de documento que formaliza os critérios de seleção do acervo, ela tem deixado de ouvir os usuários de forma periódica, seja através de comissões com membros da comunidade de usuários ou mesmo da aplicação de formulários.

A biblioteca municipal que indicou não possuir documento com os critérios de seleção é a mesma que indica não realizar o estudo de usuários, o que configura em uma carência de práticas dialógicas com a comunidade.

Gráfico 9 - Participação da comunidade na biblioteca.

Como se dá a participação da comunidade na gestão da biblioteca?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

Essa pergunta permitia que a biblioteca inserisse mais opções entre as primeiras listadas. A informação de Conteúdo Cultural foi inserida pela Biblioteca Parque, e se refere as oficinas, saraus e mostrar de arte realizadas no espaço da biblioteca.

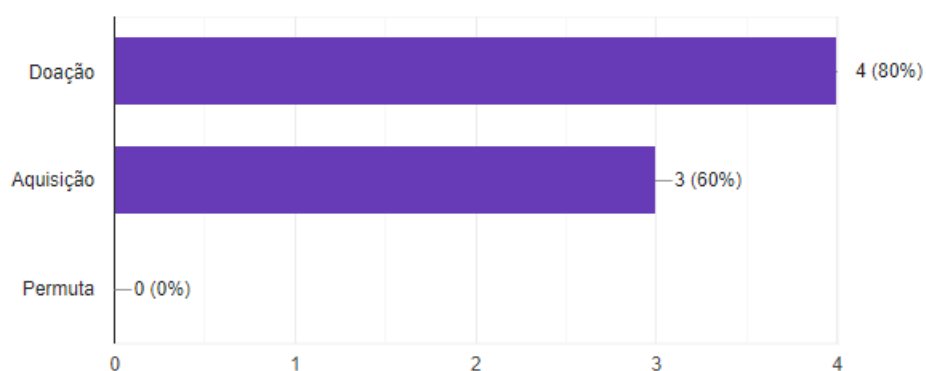
A biblioteca municipal que não realiza o estudo de usuários e não possui definição de seleção do acervo é a mesma que indicou não ter participação da comunidade na gestão da biblioteca. Ao mesmo tempo, outra biblioteca municipal indica a participação da comunidade no fomento do acervo e nas atividades oferecidas.

As duas bibliotecas comunitárias indicam a participação da comunidade no fomento do acervo, e uma indica a colaboração também nas atividades.

Gráfico 10 - Formas de fomento do acervo.

Quais são as formas de fomento do acervo mais frequentes da biblioteca?

5 respostas



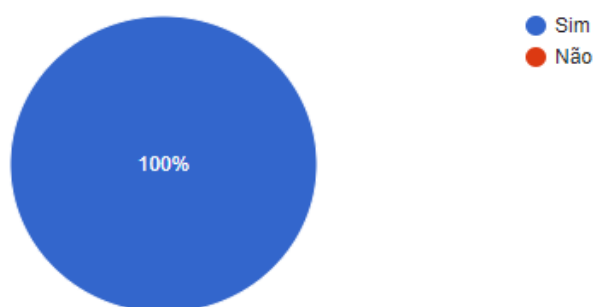
Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

A Biblioteca Parque prevaleceu a resposta por aquisição, enquanto as bibliotecas comunitárias e municipais marcam a prevalência da doação. A permuta indicou ser uma prática pouco usual ou inexistente, o que indica pouca integração e comunicação entre essas bibliotecas.

Gráfico 11 - Preocupação em inserir obras de autores da região.

A biblioteca tem a preocupação em disponibilizar obras literárias produzidas por autores da região (bairro e cidade)?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

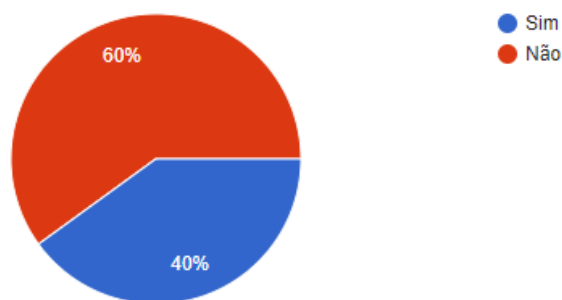
Todas indicaram como relevante a preocupação em acolher literatura de autores regionais. Como a pergunta permitiu diferentes interpretações, é possível que entre os autores regionais o critério de literatura independente não tenha sido considerado na resposta.

A totalidade das respostas demonstra a abertura consciente das bibliotecas quanto ao seu papel, também, de preservar a memória da região, assim como de divulgação dessas obras aos leitores.

Gráfico 12 - Literatura independente como alvo de resguarda.

A inclusão de literatura independente é citada na política de seleção do acervo da biblioteca?

5 respostas



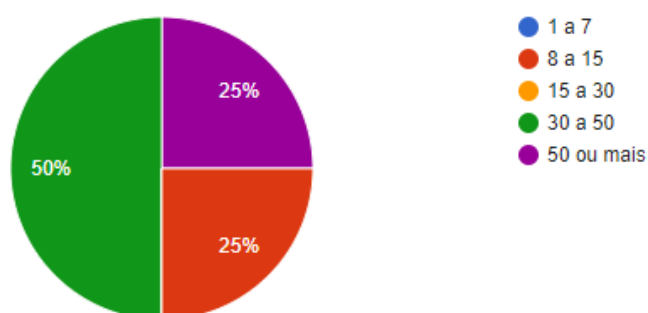
Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

A Biblioteca Parque e a Biblioteca Comunitária José Vieira Filho afirmam considerar a literatura independente no momento da seleção, sendo esse um tipo de obra pertinente aos seus objetivos e missão.

Gráfico 13 - Literatura independente em números no acervo.

Quantas obras você consideraria como literatura independente no acervo?

4 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

Em coerência a resposta anterior, a Biblioteca Parque (30 a 50 títulos) e a Biblioteca Comunitária José Vieira Filho (50 ou mais títulos) indicam presença considerável de literatura independente no acervo.

Um das bibliotecas comunitárias informou não possuir literatura independente. Enquanto uma das bibliotecas municipais indicou ter de 8 a 15 títulos e outra indica ter de 30 a 50 títulos.

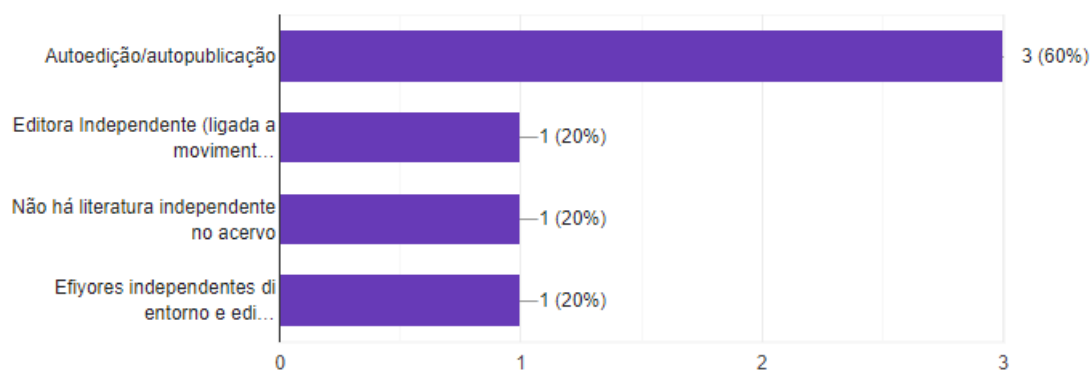
Para esta pergunta, algumas das bibliotecas informaram considerar não apenas os livros já catalogados, mas, também, os que estão em guarda da biblioteca e ainda aguardam catalogação.

As bibliotecas municipais que informam a presença de literatura independente, ainda que não ponderem a respeito dessa questão na prática de seleção, recebem esses títulos de forma inconsciente quanto ao seu valor para a memória da região e quanto a oportunidade de leitura por parte dos usuários em conhecerem autores regionais com conteúdo literário sem edição a tradicional.

Gráfico 14 - Tipo de publicação.

Quais os tipos de literatura independente a biblioteca possui?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

A Biblioteca Parque adicionou a resposta complementar de títulos oriundos de editoras independentes do entorno e editoras periféricas, o que demonstra seu constante diálogo com os movimentos culturais que partem da comunidade de Manguinhos.

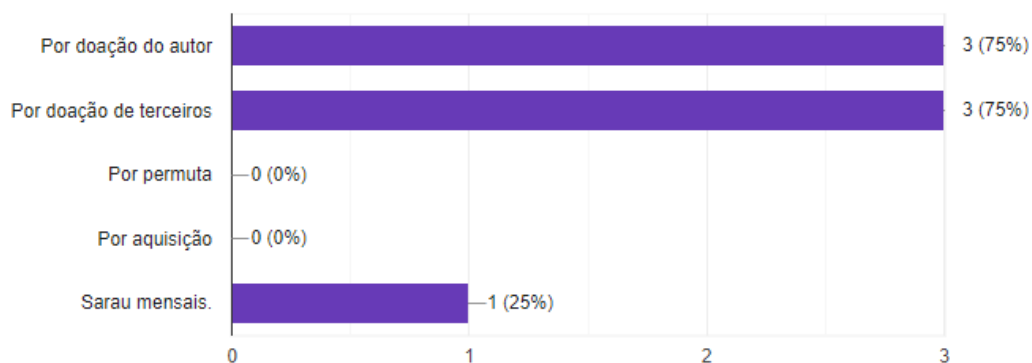
A Biblioteca Comunitária José Vieira Filho também marcou títulos publicados por editoras independentes e ligadas a movimentos sociais da comunidade como presentes no acervo, o que indica sua proximidade com as produções da região.

A autopublicação é predominante, isso quer dizer, a presença de títulos escritos, diagramados e impressos sem auxílio de grandes ou pequenas editoras. Essa pergunta e suas respostas solidificam a compreensão e classificação da literatura independente por tais bibliotecas.

Gráfico 15 - Forma de recebimento da literatura independente.

Como a literatura independente chegou no acervo?

4 respostas

Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

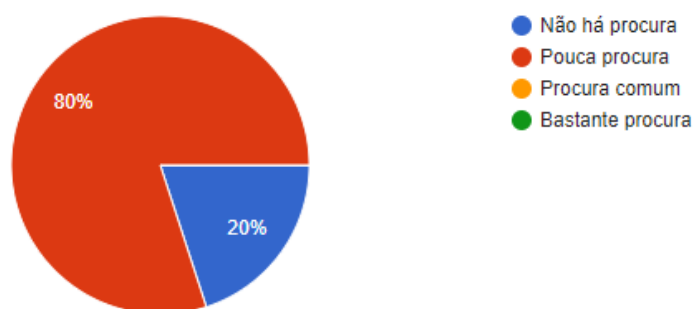
A Biblioteca Parque inseriu a opção dos saraus mensais de poesia. Essa atividade é indicada como um meio de aproximação dos autores independentes com a biblioteca, o que viria a promover iniciativas de publicações, a troca literária entre os autores e o espaço para divulgar o que foi criado.

A doação destacou-se como principal meio de inserção da literatura independente no acervo. Enquanto a aquisição, que em pergunta anterior sobre o acervo geral foi marcada como um dos meios predominantes de fomento, nessa resposta conclui-se que a literatura independente chega no acervo em um fluxo distinto dos demais títulos.

Gráfico 16 - Acesso a literatura independente.

Como se dá a procura para consulta e empréstimo dessas obras independentes por parte dos usuários?

5 respostas



Fonte: <https://docs.google.com/forms/>

Quanto ao acesso à literatura independente pelos usuários, a pouca procura se mostra praticamente unânime. Esse dado pode estar relacionado a quase ausência de consciência das especificidades da literatura independente recebida por doação, e da ausência de uma coleção dedicada a esse tipo de literatura, que torne os títulos mais visíveis ao leitor e, ao mesmo tempo, os promova para a comunidade.

Quadro 1: Dados sobre responsabilidade e coleção.

Nome da Biblioteca	Tipo de Biblioteca	Quem são os envolvidos na construção da Política de Seleção?	Qual a periodicidade de atualização?	Já houve alguma iniciativa de formação de coleção de literatura independente?
Biblioteca Parque Manguinhos Marielle Franco	Parque	Bibliotecários	Mensal	Sim
Biblioteca Comunitária José Vieira Filho	Comunitária	Voluntários	Diária	Não
Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus	Comunitária	Voluntários	Mensal	Não
Biblioteca Machado de Assis - Botafogo	Municipal	Bibliotecários	Em construção	Não
Biblioteca Municipal José de Alencar	Municipal	Não possui	Não possui	Não

Fonte: A autora (2019).

As repostas indicadas para periodicidade, por terem sido um curto período de tempo, podem representar uma divergência de compreensão sobre a existência da política de desenvolvimento de coleções formalizada e a prática mais informalizada como ouvinte de pedidos de usuários da biblioteca.

A Biblioteca Parque, devido ao seu fechamento e reabertura recente, informa não possuir ainda um planejamento anual para o acervo atualizado, por conta disso, o registro de indicações para títulos do acervo é realizado por pedido recebidos dos usuários em contato com a equipe de circulação da biblioteca.

Sendo a única biblioteca que já teve iniciativa de uma coleção de livros e filmes

sobre a comunidade de Manguinhos, nota-se um reflexo de um novo modelo de biblioteca pensado para revitalizar a rotina do espaço em que foi inserida, tendo sido construída em conjunto com as demais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A integração da Biblioteca Parque com a comunidade está em sua proposta inicial, o que proporcionou a organização do acervo sobre o território e criado pelo território. Ainda sim, a coordenadora relatou a perda desse acervo com as ocupações de militâncias que a biblioteca passou durante seu fechamento, em que a organização da biblioteca acabou sendo alterada por não estar em seu padrão de funcionamento e sob a supervisão dos funcionários. Mas reafirma a importância dessa coleção e o objetivo de que seja dada a devida continuidade.

Quanto as bibliotecas comunitárias, estas são em sua maioria iniciadas por doações para suprir uma lacuna educacional da região, como é o caso da Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus, que tem seu foco principal em crianças em fase escolar. Dessa forma, a guarda da memória pela produção literária da região parece uma perspectiva ainda não alçada.

A Biblioteca Machado de Assis – Botafogo informou que a política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas municipais é realizada em conjunto com a rede, em que bibliotecários se reúnem para pensar na política anual, porém, sem excluir a especificidade do acervo de cada biblioteca. Essa política irá influenciar, também, na verba da prefeitura destinada a aquisição.

Por essa razão, o bibliotecário da rede municipal mostra-se com pouca independente para criação dessa política, o que pode explicar, também, a resposta da Biblioteca Municipal José de Alencar que informa não possuir essa política definida para esse ano.

Sobre a ausência de iniciativa de coleção de literatura independente, as bibliotecas municipais realizam o recebimento, porém os livros são catalogados e inseridos sem separação dentro do acervo. Apesar de realizar a guarda e disponibilização para leitura e empréstimo, as bibliotecas municipais citadas não

indicaram uma prévia preocupação em tornar esses livros um movimento de preservação da memória local.

4.3 Entrevista com o autor Haroldo Cesar

Haroldo Cesar é gari por profissão há trinta e três anos, e é autor por devoção. “Sou compositor, sou amante da área da cultura, e sou operário também”. No final dos anos 70 se engrenou pelo universo das composições de samba, por ser o que estava ao seu alcance no local que vivia. “O que minha mão alcançava era o samba, no caso a música e a poesia. Sempre gostei de cinema, sempre gostei de teatro, mas era uma distância muito grande. Hoje, o cinema e o teatro foi até a comunidade, como aconteceu em Manguinhos.”

No bairro carioca de Engenho da Rainha, nos anos 90, montou junto aos seus colegas o grupo Compositores de Resistência, pois eram sambas que não chegavam ao mercado por falta de conhecimento. Haroldo diz que “A gente era artista, público, a gente era tudo.” Após ter se afastado do grupo por problemas pessoais, Haroldo por não tocar se afastou por um tempo do samba, e em 2005 passou a escrever histórias.

Foi então que criou seu primeiro livro *Garimpendo Composições*, um romance em que o personagem principal é um gari, fundindo seus dois universos. “Quando eu criei essa história pensei “Caramba, vou criar um livro, vou publicar!”, mas eu não queria ser autor de um livro só, por isso comecei a escrever outra, e só publiquei a primeira depois que escrevi a segunda.” O livro está em caixa alta, pois escreveu como era mais fácil para ele, e seu amigo que o ajudou na diagramação e arte não o orientou sobre a forma de formatação. O livro recebeu a logo da Editora Urbana, que pertence ao seu amigo, apenas como valor simbólico.

Todo Dia do Gari ele refaz o lançamento dos seus livros. Enquanto comercializava seu primeiro livro, passou a escrever crônicas das histórias que ouvia dos garis, que originou seu segundo livro. Ao todo são trinta e três crônicas. Em seu segundo livro já conhecia uma gráfica de pequena tiragem, e através de um empréstimo financeiro o publicou: “Cada livro desse aqui é um empréstimo. Assim, eu não vou ficar

esperando a autorização da editora. Patrocínio eu não tenho mesmo, eu não tenho nome. Quem vai querer patrocinar uma pessoa que não tem nome? Ai não vou deixar de fazer.” A realização de suas obras fez com que ele saísse em algumas notas de jornais da cidade.

Lançou seu primeiro livro em 2008, na quadra de samba Boêmios de Inhaúma, no bairro de Engenho da Rainha. Realizou vendas entre os amigos e os funcionários da Comlurb. Em 2009, seu trabalho de gari foi o que o levou a Biblioteca Parque de Manguinhos. Haroldo trabalhava em Del Castilho, porém seu chefe pediu que ele trabalhasse na área de Manguinhos por conta das modificações que estavam ocorrendo no local, como a construção das moradias, biblioteca e espaço de lazer. Diz ele mesmo ter ficado surpreso quando avistou o local e a biblioteca em um espaço que tinha na memória como um antigo quartel.

Figura 12 - Livros publicados pelo autor.



Fonte: A autora (2019)

Ao avistar a Biblioteca, seu amigo disse que ele precisava ir até lá passar um comunicado. Então “Acendeu uma luz em mim, eu pensei no livro. A biblioteca estava novinha. Pensei, caramba, que que isso! Cheguei lá e perguntei: - como a gente faz para colocar um livro aí? A pessoa disse: - é só mandar. Se quiser, pode vir aqui, tem curso. Eu disse: - tem curso? Pode vim?”. Entregou exemplares na Biblioteca de Manguinhos, seus dois primeiros livros, que foram bem aceitos. Porém na Biblioteca Parque Estadual, mesmo após um ano, não tinha sido inserido no acervo.

Participou de um curso na Biblioteca que ensinava todo o necessário para se criar uma revista. Haroldo participou das três primeiras edições do Setor X, a revista da Biblioteca de Manguinhos, com a publicação de duas crônicas. Suas participações nas atividades na biblioteca continuaram, e também participou do Tela Brasil, com a colaboração de um roteiro para o cinema, e deu origem ao curta O Pé Escrito. Também criou peças e esquetes em colaboração ao Manguinhos em Cena.

Em paralelo continuou sua vida como compositor de sambas. Após participar do Sarau de Manguinhos, ele e seus colegas compositores e autores independentes decidiram criar o Sarau dos Sambistas. “A gente declamava poesia, cantava samba e mostrava nossos livros, nossa parte literária.” O sarau ocorria na Biblioteca Parque Estadual, com público aberto e microfone disponível para quem pudesse participar.

Do Sarau dos Sambistas nasceu um livro em conjunto chamado Pele de Todos os Sangues em que cada autor poderia inserir o que preferisse, mas geralmente eram contos e poesias. Diz que a editora desse livro não fez um trabalho satisfatório, por isso não faz questão de lembrar muito dessa publicação. Também lançou outro livro com os colegas do teatro chamado Grãos Imastigáveis.

Em 2018 escreveu o livro Limpeza Urbana, Limpeza Humana sobre a evolução da limpeza urbana: “Eu peguei a limpeza urbana bem diferente do que é hoje, muito mais sacrifício braçal, sem os equipamentos de hoje. É a história, mas com uma dramaturgia criada.” Geralmente afirma levar quatro a cinco meses para concluir uma história: “Só começo a escrever depois que crio o final.”

Após o seu primeiro livro, que contou com o símbolo da editora de seu amigo, e também com a experiência insatisfatória com a editora do livro publicado pelo Sarau, os demais livros não possuem logos de editora. Questionado sobre a edição, Haroldo responde “A arte fui bolando junto com meu sobrinho, que é bom nisso. Editora, elas têm a obrigação delas, e tem o caminho delas. Não podem jogar para perder. Eu joguei para perder.” E ainda ressaltou a vantagem desse processo: “Eu prefiro assim. Não sou bom vendedor, não sou conhecido. Tô satisfeito.”

Haroldo afirma que as editoras exigem uma grande tiragem, que acabam por ficar sem vendas. Já a impressão de pequena tiragem, apesar de o preço unitário sair um pouco mais caro, ele consegue ter somente a quantidade que deseja. Ressalta que “o restante a gente consegue alguém para diagramar, fazer a arte.”, e ainda ressaltou a vantagem desse processo:

“Nenhum deles foi badalado, nenhum deles teve sucesso de venda, patricamente me deixou ainda no anonimato. É uma realidade. Mas a satisfação emocional é outra. Talvez se tivesse saído por uma editora, talvez eu não tivesse a mesma emoção, de arregaçar a manga e estar envolvido em todo processo. Porque quando vai para mão de um editor, mexe aqui, mexe ali, ai já não é mais de todo seu.”

Através dos seus trabalhos tem conseguido ter algum retorno por palestras. Depois da oportunidade de participar de um programa de televisão em rede aberta, foi chamado para palestrar e, como pagamento, a pessoa que o convidou conseguiu vender os livros do Haroldo no local. Faz alguns eventos em escolas, na Flip da Renascença, mas afirma não ter muita venda. “Ninguém quer saber do tema limpeza urbana, tenho consciência que são produtos artisticamente bons, mas não tem venda.” A divulgação de seu livro é feita por palestras motivacionais, e em rodas de samba.

Figura 13 - Matéria em jornal sobre o autor.



Fonte: A autora (2019)

Realiza o registro de suas obras na Biblioteca Nacional. Recentemente conseguiu o ISBN como registro de editor. “Se eu quiser colocar numa livraria para vender, por causa do código de barras, facilita.” Afirma que os editais são muito restritos a pessoas jurídicas, e não se sente com força para concorrer nos editais de literatura por possuírem um padrão mais acadêmico.

Sobre a sua relação com a Biblioteca Parque de Manguinhos, Haroldo declara ser um divisor de águas em sua vida. Como foi impressionante ver uma biblioteca com os melhores equipamentos servindo ao povo. Ele observa que muitas pessoas da comunidade não frequentam por desconhecer, algumas até acham que é necessário pagar para entrar. Por conta disso, pessoas de bairros vizinhos de Manguinhos visitam mais que a própria comunidade.

No seu bairro origem não possuía biblioteca pública, e seu primeiro contato com uma biblioteca que não remetesse a ideia de trabalho escolar, foi a Biblioteca Parque de

Manguinhos. Diz “Não tinha nada me ligasse a uma biblioteca, meu universo era o samba, veio acontecer depois do livro”. Por isso explica:

“Posso medir minha vida cultural e artística no antes e depois da Biblioteca. Depois que eu conheci a Biblioteca, minha vida cultural e artística teve uma abertura ampla, mas ampla mesmo. Porque foi a partir da biblioteca que tive acesso ao cinema, teatro, as oficinas, a edição da revista. Então, ali me abriu um horizonte muito grande, que nem eu esperava. Assim, fiquei surpreso, grato, àquela Biblioteca. Tenho uma gratidão tamanha por aquele espaço. Pela forma que foi criada, pelo objetivo daquela Biblioteca. Ela não foi uma Biblioteca qualquer. Ela foi uma Biblioteca criada para o povo de Manguinhos, para o favelado, com os melhores equipamentos. Não foi uma coisa de “bota uma coisa ali qualquer e pá”, não, com os melhores equipamentos, ar condicionado, ludoteca, teatro. Uma coisa pensada, repensada e produzida para o povo pobre. Então, ela tem uma importância tamanha. E justamente tudo que eu sempre precisei e eu nem me dava conta disso. Pelo amor que eu tenho pela arte e pela cultura, me dei conta que eu precisava de uma coisa dessas lá trás. Hoje estaria mais completo em termos de realizações artísticas. Ainda sim, depois de mais velho, eu bato palmo e agradeço.”

Perguntado sobre o que poderia ser diferente no cenário de autores independente, Haroldo acredita que o incentivo precisa vir principalmente do governo, da Secretaria e Ministério da Cultura. E ser mais imparcial, favorecendo os talentos verdadeiros, e não “o amigo do amigo” que aloca os recursos sempre para o mesmo local: “Eles sempre encontram uma desculpa para você ficar de fora. Diz não ser muito o perfil, isso, aquilo”. Acredita, também, na abertura do consumo, uma espécie de “Bolsa Cultura”, para criar plateia, em que as pessoas teriam incentivo financeiro para consumir literatura, teatro, cinema.

Sua motivação, atualmente, é escrever roteiros de cinema e conseguir transformar seus livros em longa metragens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou apresentar um quadro da presença de literatura independente em bibliotecas públicas, assim como trazer reflexões sobre a importância de considerá-la na incorporação do acervo. A literatura independente também é destacada como parte da memória da comunidade, que ocorre de forma espontânea e tem sua publicação facilitada pelos advindos da tecnologia.

O breve levantamento bibliográfico sobre o que pode ser considerado como literatura independente buscou esclarecer uma definição ainda obscura para muitos, e demonstrar a existência desse nicho que ainda é alvo de pouca visibilidade. Viu-se que os motivos para publicar de forma independente podem ser financeiros, como também artísticos e políticos, uma vez que a obra sofrerá menos edições, e por vezes uma editora independente possui uma ideologia particular.

A possibilidade de formas alternativas de publicação, antes concentrada em grandes conglomerados editoriais, permite aos autores independentes realizarem suas obras, e mesmo de criarem redes de apoio artístico e financeiro. Vê-se que publicar por uma editora tradicional é uma atividade burocrática e de difícil acesso, pelo número de concorrentes e pela exigência de uma literatura com apelo de mercado.

As entrevistas realizadas e a bibliografia levantada sobre literatura independente demonstram que são produzidas de forma digital ou impressa, com poucos recursos ou ajuda coletiva. Este fato demonstra a presença de um movimento literário que vive a sombra das grandes editoras, e que exerce sua força através do impulso de criação e realização. A etapa da divulgação ainda é uma problemática para esses autores, que não contam com o apoio de um processo de mercado tradicional.

Foram considerados três tipos de bibliotecas públicas nessa pesquisa: biblioteca comunitária, biblioteca parque e biblioteca municipal. Pois esses modelos de bibliotecas possuem o objetivo de atender à necessidade de informação e fomentar a leitura da comunidade. A metodologia utilizada buscou expressar que essas bibliotecas são por missão abrigos para a literatura independente, e o quanto se é necessário iniciar essa discussão nesses espaços.

Quando questionadas, as bibliotecas demonstraram reconhecer a importância de abrigar literatura independente, porém algumas recebem sem distingui-la no acervo. A distinção deve ser considerada não por ser uma literatura de menor técnica literária, mas por sua importância para a memória da produção artística, literária e intelectual local.

A formação de coleções se faz relevante nesses espaços, para que o que já foi produzido possa estar acessível ao leitor e, também, como forma de promover produções locais. Os autores relatam que a divulgação é uma fase difícil na produção independente, as bibliotecas públicas seriam mais um meio para se fazer ser lido, e atenderia à dificuldade de divulgação encontrada por esses autores.

A partir do cuidado em criar e manter uma coleção desse tipo de literatura no acervo, a biblioteca, então, criaria critérios de seleção aplicados às obras de literatura independente que fossem doadas ou mesmo que viessem a ser objeto de aquisição. Pois é preciso ressaltar que o princípio da biblioteca não é do acúmulo, mas da disseminação da informação.

Quanto a missão dessas bibliotecas, é importante notar o impacto da internet no motivacional dos usuários em usufruírem dos serviços e espaço da biblioteca. Ao contrário do que a literatura indicava, a resposta do questionário indica que hoje a biblioteca é menos buscada para pesquisa escolar, e mais procurada como um espaço que pode promover os mais diversos conhecimentos.

Dessa forma, uma vez que os modelos de bibliotecas pesquisadas estão em intenso e constante contato com a comunidade, para averiguar esse processo foram realizadas perguntas sobre a presença da prática do estudo de usuários e verificar se o interesse literário da comunidade é considerado no momento de fomento do acervo.

Com os resultados obtidos, considera-se nessa pesquisa o modelo da Biblioteca Parque, em seu planejamento, como o mais aproximado as exigências do século XXI. Uma biblioteca aberta ao diálogo com a comunidade, que oferece meio para o desenvolvimento local, como as oficinas de escrita de uma revista que reflete o território

e traz em seus conteúdos poemas, contos, da comunidade, sobre a comunidade e para a comunidade.

Durante as visitas realizadas foi possível conhecer os exemplares de literatura independente, em que consistiam em livros de poemas de pessoas atuantes na comunidade e mesmo na biblioteca, histórias sobre a memória de moradores locais, e sobre a história do bairro. Essas obras são ricas de valor cultural e, também, fazem parte de um levantamento da memória local, em bairros que são carentes de espaços culturais e alvos de pouco estudo científico.

Os livros produzidos por autores locais e sobre a comunidade são parte de uma memória que irá se construir e será reconstruída. Torna-se um meio de registro da cultura local, muitas vezes em locais esquecidos, em que esse tipo de zelo não é presente, como os exemplos das bibliotecas comunitárias pesquisadas, em que o bairro não é conhecido por referências artísticas.

Neste cenário, a biblioteca pública seria porta-voz para manifestação da produção literária local, capaz de realizar a conexão entre seu público leitor e o autor regional. É possível imaginar uma ampliação de trocas artísticas e mesmo o surgimento de novos autores, como ocorreu no exemplo do autor Haroldo Cesar após as oficinas editoriais oferecidas pela Biblioteca Parque em que pode desenvolver suas habilidades.

Por fim, espera-se que essa pesquisa tenha colaborado para reconhecer e identificar o que tem sido produzido de forma independente, e que esta reflexão torne seus conteúdos passíveis de compartilhamento e acesso por parte de um público leitor. Além disso, espera-se ter apresentado uma breve reflexão sobre os papéis das bibliotecas públicas e a necessidade de diálogo constante com a comunidade em que atua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond MinC/Iphan/Demu, 2007. 392 p. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museus-colecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf. Acesso em: 28 de maio. 2017.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e Memória**. v. 4, n. 2, p. 17-34, 2007.

ANDRIOLO, Arley. Histórias da “arte marginal”: um processo de ambiguidades. In: COLÓQUIO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 24. 2004. Belo Horizonte. **Anais[...]** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. Disponível em: http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/anais/textos/17_arley_andriolo.pdf. Acesso em: 03 ago. 2016.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. 47 p.

BARBOSA, S. A Literatura e a Ciência da Informação. In: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de. **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009.

BARONE, João Guilherme Barone. **El sector audiovisual en Porto Alegre: análisis introductorio de sus agentes y estructuras**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

BATISTA, C.L. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transinformação**, v. 22, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v22n3/a03v22n3.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: **A MODERNIDADE**. Obras escolhidas de Walter Benjamin, [Edição e tradução de João Barrento], Lisboa: Assírio & Alvim, 2006, p. 271-293.

BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIBLIVRE. **Biblioteca Comunitária José Vieira Filho**. [s.n]. Disponível em: <http://biblioteca.link/Bibliivre5/bcjevfb/?fbclid=IwAR0IEOLAO184HboWv43HOUEfP29dRGJgGCLKh41PZYmbXUgiQHibA11qrBA>. Acesso em: 03 dez. 2019.

BORDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2005.

BORELLI, Silvia. Livros, editoras, leitores. Leitura e cultura popular de massa no Brasil. **Revista de história das ideias**, Coimbra, n. 20, 1999, p. 445-470.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. La lecture: une pratique culturelle – débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier, *In*: CHARTIER, Roger (dir.), **Pratiques de la lecture**. Paris: Peyot e Rivages, 1993, p. 277-306.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CANCLINI, N.G. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARVALHO, Isabel. O Valor Do Livro. *In*: CARVALHO, Isabel; PAZ, Lúgia e NORA, Pedro, (Ed) **A economia Do Artista..** Porto: Braço de Ferro, 2010.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In*: **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Crítica y emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. n.1, 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2017.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COELHO, Clara Duarte; BORTOLIN, Sueli. O processo de apropriação da literatura em bibliotecas comunitárias. *In*: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 2., 2017, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. p. 161-172. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2017/coaic2017/paper/viewFile/511/344>. Acesso em: 25 maio 2018.

CORSINO, Patrícia; VILELA, Rafaela; TRAVASSOS, Sônia. Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 50, p. 351-377, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n50/2316-4018-elbc-50-00351.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

COSTA, Ellen Suely Dantas da; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de. Autores independentes: livros que queremos publicar. **Biblionline**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/592/430>. Acesso em: 05 ago. 2016.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (Org.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T. Mais.Oito, 2008.

COSTA, Mannuela. Cinema Independente do Brasil no contexto da globalização: práticas estéticas, performances políticas, condições econômicas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 25. 2016. Goiânia. **Anais[...]**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/cinema_independente_brazil_completo_3363.pdf. Acesso em: 4 ago. 2016.

CUNHA, Valmon de Souza. **O mercado editorial digital brasileiro pelo ponto de vista do escritor**: um estudo sobre a escolha de plataformas de publicação e divulgação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: COPPEAD, 2016. Disponível em: http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Valmon_Cunha.pdf. Acesso em: 25 maio 2018.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. *In*: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de. (Org.). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59- 66.

DUARTE, Isabel. **Publicação independente**: auto-edição e discurso crítico sobre design gráfico. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Print, 2010.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.17.

ESLAVA, Fernando. Literatura Marginal: o assalto ao poder da escrita. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 24, 2004, p. 35-51.

FARRAJOTA, Marcos. Relatório sobre Fanzine e edição independente em Portugal 2011. **Blogzine da Chili com Carne**, 2012. Disponível em: <http://chilicomcarne.blogspot.com/2012/01/relatorio-sobre-fanzines-e-edicao.html>. Acesso em: 25 maio 2018.

FANTASIA Brasil. **Eventos**. 2018. Disponível em: <https://fantasiabrasil.com.br/eventos/> Acesso em: 10 Jan. 2019.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF : IBICT, 1994. 154 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais**: base para novas políticas de patrimônio. 2001. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 21 dez. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, 2010. 173 p.

GONÇALVES, Sofia. **Samples Para Uma Publicação Paralela**. 2010. Disponível em:
<http://reactor-reactor.blogspot.pt/search/label/Edi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 maio 2018.

GUEDES, Roger de MIRANDA. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **Biblos**, v. 28, n. 2, p. 59-72, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Rebecca/Downloads/4593-15055-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

HOLANDA, Karla. Regionalizando a produção de documentários-DocTV. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 23-34, 2013.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Caminhos de um poeta cidadão. *In*: VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia**. São Paulo: Global, 2011. p. 9-13.

INSTITUT GOETHE; MATHIS VOGEL. **Editoras independentes são sinônimo de diversidade**. [20?]. Disponível em:
<http://www.goethe.de/ins/br/lp/kul/dub/lit/pt12896411.htm>. Acesso em: 7 ago. 2016.

JARDIM, J.M. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Editora UFF, 1999.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Administração pública no Brasil**: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo, Annablume: FAPESP, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. 553 p. Disponível em: <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017

LIMA, Heverton Souza. **A Lei da TV Paga**: impactos no mercado audiovisual. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2015.

LOBATO, Ramon. **Subcinema: mapping informal film distribution**. Melbourne: The University of Melbourne, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11343/35539>. Acesso em: 11 jun. 2018.

LUPTON, Ellen. **Indie publishing: a pocket guide to publishing your own content**, 2007. Disponível em: www.elupton.com/files/Indie_Publish_Handbook.doc. Acesso em: 16 jun. 2018.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307/45978>. Acesso em: 02 dez.2018.

MACHADO, Elisa CAMPOS; VERGUEIRO, Waldomiro. The practice of participatory management in areas where information is accessed: the case of public libraries and community libraries. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, v. 33, n. 1, p. 241-255, 2010.

MEDEIROS, Nuno. Acções prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: n. 85, 2009. Disponível em: <http://rccs.revues.org/363>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MEDEIROS, Nuno. Editores e Livreiros: que papéis de mediação para o livro?, *In: CURTO, Diogo Ramada (dir.), Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p.343-385.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. *Revista USP*, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. 117 p.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. 4. ed. Brasília: Brasiliense, 1986. 94 p.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 69-75, 1978.

MONTEIRO, Lúcia Ramos. A terceira margem do cinema. Filmes equatorianos em circulação paralela. *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*, [Lisboa], v. 3, n. 2, p. 266-279, 2016.

MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943. p.34.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

MUNIZ JR., José de Souza. **A produção cultural e suas (in)dependências**. São Paulo: SESC, 2017. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/10814_PRODUCAO+CULTURAL+INDEPENDENTE. Acesso em: 14 dez. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, n.10, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 20 jun. 2015.

OLIVEIRA, M. C.V. **Caminhos para a compreensão**. São Paulo: SESC, 2017. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/10814_PRODUCAO+CULTURAL+INDEPENDENTE. Acesso em: 14 dez. 2017.

PATRIOTA, Lucia Maria. Cultura, identidade cultural e globalização. **Qualitas Revista Eletrônica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, João Pessoa, v.1, n.1, p.9-18, 2002. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/revista/index.php/qualitas/article/view/8/1>. Acesso em: 28 maio 2017.

PECOSKIE, J.; HILL, H. Beyond traditional publishing models: An examination of the relationships between authors, readers, and publishers. **Journal of Documentation**, [EUA], v. 71, n. 3, p. 609-626, 2015.

PIMENTEL, Ary. O selfie da periferia: pensando a autorrepresentação através da literatura marginal e da fotografia de Bira Carvalho. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [Minas Gerais], v. 24, n. 2, p. 49-62, 2014.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 5 ago. 2016.

POWELL, Walter. **Getting into print: the decision-making process in scholarly publishing**. Chicago: University of Chicago Press, 1985

RUSSO, Mariza; DA SILVA, Solange de Souza Alves. Biblioteca pública em ação: o estudo de caso da Biblioteca Parque Manguinhos. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB*. 2013. p. 660-675.

SCHIFFRIN, André. **O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SETOR X. Disponível em: <http://dantes.com.br/setor-x/> Acesso em: 01 fev.2019.

SIMÕES, Ana Paula Costa Mourão. **Fair**: uma plataforma para a publicação independente em Portugal. [S.l.]: [s.n.], 2012.

SOUTO, Renata Pinheiro. **A produção audiovisual independente do Rio Grande do Sul e a televisão por assinatura**: um estudo introdutório sobre as mudanças nas dinâmicas do mercado audiovisual de Porto Alegre após implementação da Lei nº 12.485. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

SUAIDEN, Emir José. Biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 29, n. 2, maio/ago. 2000. p. 52-60.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220/234>. Acesso em: 06 ago. 2016.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. **O que é patrimônio cultural? Patrimônio histórico? Patrimônio ambiental ou natural?** Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/78-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-natural>. Acesso em: 3 ago. 2016.

ULMANN, R. A. **Antropologia**: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991. 166 p.

UNESCO, I. F. L. A. **Manifesto da IFLA**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

WILLIAMS, Daryle. Memória e preservação. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 20, p. 373-379, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2047/1186>. Acesso em: 05 jan. 2019.

ANEXO A- QUESTIONÁRIO SOBRE LITERATURA INDEPENDENTE EM BIBLIOTECAS

08/02/2019

Questionário sobre Literatura Independente em Bibliotecas

Questionário sobre Literatura Independente em Bibliotecas

Olá! Sou a Rebecca e curso mestrado em Memória e Acervos na Fundação Casa de Rui Barbosa. Minha pesquisa de dissertação pretende mensurar e analisar a presença de literatura independente em exemplos de bibliotecas públicas no Estado do Rio de Janeiro. Desde já agradeço muitíssimo sua colaboração!

1. Nome da Instituição

2. Localização da Biblioteca (Cidade e Bairro)

3. Responsável pelas Informações

4. Data de Respostas

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

5. Autorização para publicação e/ou utilização dos dados para pesquisas acadêmicas:

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

6. Tipo de Instituição

Marcar apenas uma oval.

- Biblioteca Parque
 Biblioteca Comunitária
 Biblioteca Municipal

7. Horário de Funcionamento

8. Quantos usuários/visitantes a biblioteca recebe em média por mês?

08/02/2019

Questionário sobre Literatura Independente em Bibliotecas

9. Esta biblioteca faz empréstimo domiciliar?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

10. Quantos empréstimos a biblioteca em média realiza por mês?

11. Qual é a faixa-etária do público atendido pela biblioteca?*Marque todas que se aplicam.*

- Crianças [até 11 anos]
 Adolescentes [12 a 18 anos]
 Adultos [19 a 60 anos]
 Terceira Idade [acima de 60 anos]

12. Os usuários em sua maioria são de qual região?*Marque todas que se aplicam.*

- Moradores do bairro e bairros vizinhos
 Moradores de outros bairros mais distantes
 Outros locais

13. Quando as pessoas vêm a esta biblioteca geralmente é mais para:*Marque todas que se aplicam.*

- Pesquisa escolar
 Pesquisa em geral
 Utilizar como espaço de estudo/trabalho
 Lazer/convivência
 Participar de atividades promovidas pela biblioteca (cursos, oficinas etc)

14. A biblioteca possui um documento formalizado com critérios de seleção do acervo?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

15. Quem são os envolvidos na construção desse documento? Qual sua periodicidade de atualização?

08/02/2019

Questionário sobre Literatura Independente em Bibliotecas

16. A biblioteca faz uso de estudo de usuário para estabelecer o processo de seleção?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

17. Como se dá a participação da comunidade na gestão da biblioteca?*Marque todas que se aplicam.*

- No fomento do acervo
 No planejamento das atividades
 Não há essa participação
 Outro: _____

18. Quais são as formas de fomento do acervo mais frequentes da biblioteca?*Marque todas que se aplicam.*

- Doação
 Aquisição
 Permuta
 Outro: _____

19. A biblioteca tem a preocupação em disponibilizar obras literárias produzidas por autores da região (bairro e cidade)?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

20. A inclusão de literatura independente é citada na política de seleção do acervo da biblioteca?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

21. Quais os tipos de literatura independente a biblioteca possui?*Marque todas que se aplicam.*

- Autoedição/autopublicação
 Editora Independente (ligada a movimentos sociais locais ou não)
 Não há literatura independente no acervo
 Outro: _____

08/02/2019

Questionário sobre Literatura Independente em Bibliotecas

22. Como a literatura independente chegou no acervo?*Marque todas que se aplicam.*

- Por doação do autor
 Por doação de terceiros
 Por permuta
 Por aquisição
 Outro: _____

23. Quantas obras você consideraria como literatura independente no acervo?*Marcar apenas uma oval.*

- 1 a 7
 8 a 15
 15 a 30
 30 a 50
 50 ou mais

24. Como se dá a procura para consulta e empréstimo dessas obras independentes por parte dos usuários?*Marcar apenas uma oval.*

- Não há procura
 Pouca procura
 Procura comum
 Bastante procura

25. Já houve alguma iniciativa de formação de coleção de literatura independente na biblioteca? Como ela se fez?

26. De uma maneira geral, qual sua opinião sobre a presença de literatura independente no acervo de bibliotecas públicas?

08/02/2019


Questionário sobre Literatura Independente em Bibliotecas

27. Qual sua opinião sobre a presença de literatura independente no acervo da biblioteca que atua?

Powered by
 Google Forms

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de mestrado Rebecca dos Santos Dias, do curso de mestrado profissional em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, que pode ser contatado pelo e-mail secretaria.mestrado@rb.gov.br e pelo telefone (21) 32894675. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com autores, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

Rio de Janeiro, 11 de feverreira de 2019

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de mestrado Rebecca dos Santos Dias, do curso de mestrado profissional em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, que pode ser contatado pelo e-mail secretaria.mestrado@rb.gov.br e pelo telefone (21) 32894675. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com autores, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista via e-mail que será transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2019